



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 101, TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 114^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 8 DE JULHO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
----------------------	---

1.2 – FINALIDADE DE SESSÃO

Destinada a comemorar os 111 anos da Imigração Japonesa no Brasil, nos termos do Requerimento nº 513/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores.	8
---	---

1.2.1 – Interpretação do Hino Nacional Japonês pelo tecladista Gregoree Júnior	8
---	----------

1.2.2 – Interpretação do Hino Nacional Brasileiro pelo tecladista Gregoree Júnior e pelo cantor Alysson Takaki	8
---	----------

1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Leila Barros)	8
--	----------

1.2.4 – Oradores

Sr. Akira Yamada, Embaixador do Japão	11
---	----

Sra. Cecília Kiku Ishitani, Diretora do Departamento de Japão e Pacífico da Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Oceania e Rússia do Ministério de Relações Exteriores	13
---	----

Sr. Hiroshi Sato, Representante-Chefe da <i>Japan International Cooperation Agency</i> (JICA)	14
---	----

Sr. Luiz Nishikawa, Presidente da Federação das Associações Nipo-Brasileiras do Centro-Oeste (FEAN-BRA)	15
---	----

1.2.5 – Apresentação do atleta Salomão Pereira, campeão brasiliense de judô	17
--	-----------

1.2.6 – Apresentação do grupo de dança Koharu Shigure, de Taguatinga, Distrito Federal	17
---	-----------

1.3 – ENCERRAMENTO	17
--------------------------	----

2 – ATA DA 115^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE JULHO DE 2019

2.1 – ABERTURA	19
----------------------	----



2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	19
2.2.2 – Requerimento	
Nº 570/2019, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Gilberto.	19
2.2.3 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Apresentação do Projeto de Lei nº 2.895, de 2019, de autoria de S. Exa., que altera o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos, reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações e entidades de assistência social.	20
Senador Paulo Paim – Defesa de mais investimentos para os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.	23
Senador Acir Gurgacz – Comentários sobre a questão da energia elétrica no País, com destaque para o Estado de Rondônia, onde o preço da energia tem sofrido reajustes. Registro do Projeto de Lei nº 661, de 2019, que estende para 24 horas por dia o desconto nas tarifas de energia elétrica para o bombeamento de água na irrigação da agricultura familiar.	29
Senador Confúcio Moura – Exposição da história da educação brasileira do período militar até os dias atuais. Reflexão sobre como melhorar a situação do País na área da educação.	33
Senador Rogério Carvalho – Comemoração dos 194 anos de história do Estado de Sergipe. Congratulações à seleção brasileira. Considerações sobre a possível privatização da Petrobras. Preocupação com o futuro das fábricas de fertilizantes. Críticas às condutas do ex-Juiz Sergio Moro e do Procurador Deltan Dallagnol na condução da Operação Lava Jato	39
Senador Telmário Mota – Preocupação com os prejuízos para o Estado de Roraima pela impossibilidade de exportar sua produção de frutas, em virtude de infestações da mosca da carambola. Necessidade da liberação da emenda ao Orçamento Geral da União de 2019 que fortalecerá os investimentos para o combate desta praga. Apelo ao Governo Federal para publicação de decreto que regulamenta a produção de polpa e suco de frutas na agricultura familiar.	44
Senador Alvaro Dias – Comentários sobre estudo da ONU e reportagem do jornal O Globo que, segundo S. Exa., demonstram a incompetência administrativa durante os últimos governos. Registro sobre requerimento de informações encaminhado ao Ministro da Economia, com questionamentos sobre a predominância do sistema financeiro na economia nacional.	46
Senador Nelsinho Trad – Voto de pesar aos familiares do músico João Gilberto. Exposição sobre a comemoração dos 111 anos da imigração japonesa no Brasil.	50
Senador Izalci Lucas – Saudações à colônia japonesa do Distrito Federal e à seleção brasileira. Satisfação com os índices crescentes do turismo em Brasília. Destaque para a atleta Ana Paula Marques, que ficou em terceiro lugar no Campeonato Mundial de Vela Adaptada, na cidade de Cádiz, Espanha.	52
Senador Rodrigo Cunha – Preocupação com o título do Estado de Alagoas de campeão de analfabetismo no País. Reflexão sobre a importância da educação e sobre quais seriam as soluções para o problema do déficit educacional brasileiro.	54
2.3 – ENCERRAMENTO	59

PARTE II



3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 115^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 769/2015 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 166/2019-CCJ**) 61

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 312/2016 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 163/2019-CCJ**) 63

3.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 305/2019, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.382/2019 (TC 034.554/2018-1) 66

3.1.3 – Comunicação

Das Lideranças do PSDB e do PSL, de indicação do Senador Rodrigo Cunha como Líder do Bloco PSDB/PSL 68

3.1.4 – Discurso e documento encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno 70

Senador Alvaro Dias – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno 73

3.1.5 – Projeto de Lei

Nº 3916/2019, do Senador Confúcio Moura, que *altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982, para prever a aplicação de recursos do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – FISTEL na aquisição e manutenção de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação dedicados ao combate ao crime de pedofilia.* 78

3.1.6 – Requerimentos

Nº 570/2019, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Gilberto do Prado Pereira de Oliveira 87

Nº 571/2019, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Otílio Albuquerque 90

Nº 572/2019, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Estevão 93

Nº 573/2019, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 23 de setembro de 2019, destinada a celebrar os 110 anos do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil 96



3.1.7 – Término de prazo

Término do prazo, em 5 de julho de 2019, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei Complementar nº 21/2019. 100

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	103
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	107
6 – LIDERANÇAS	108
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	110
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	113
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	115
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	151



Ata da 114^a Sessão, Especial,
em 8 de julho de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência da Sra. Leila Barros.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 16 minutos e encerra-se às 11 horas e 13 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia a todos. É um prazer enorme receber todos aqui nesta sessão solene em homenagem à imigração japonesa no nosso País. Vamos fazer a abertura da nossa sessão.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a homenagear os 111 anos da imigração japonesa no Brasil, nos termos do Requerimento nº 513, de 2019, da Senadora que está aqui presente e de todos os Senadores.

Iniciamos a nossa sessão.

Gostaria de convidar para a Mesa o Embaixador do Japão, Sr. Akira Yamada. (*Palmas.*)

A Diretora do Departamento de Japão e Pacífico da Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Oceania e Rússia do Ministério das Relações Exteriores, a Sra. Ministra Cecília Ishitani. (*Palmas.*)

O Presidente da Federação das Associações Nipo-Brasileiras do Centro-Oeste (Feanbra), Sr. Luiz Nishikawa. (*Palmas.*)

E o Representante Chefe da Agência de Cooperação Internacional Japão e Brasil (Jica), Sr. Hiroshi Sato. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino do Japão e, em seguida, o Hino Nacional brasileiro, pelo cantor Alysson Takaki, juntamente com o pianista Gregoree Júnior.

(Procede-se à execução do Hino do Japão.)

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vou falar: são tantas emoções!

Quando eu escuto o Hino do Japão, eu tenho uma emoção particular, porque, como atleta, Sr. Embaixador e todos presentes aqui, eu vivi grandes emoções no Japão.

E no Japão, não só eu, certamente todos os atletas que vão lá representar o País se sentem em casa. É um prazer enorme hoje celebrar este momento com vocês, porque eu tenho um carinho particularmente imensurável por esta comunidade e por tudo o que vocês fizeram e fazem pelo nosso País também. Grata.

Eu vou fazer um pequeno pronunciamento aqui e depois eu passo a palavra para o nosso Embaixador Sr. Akira, ele tem horário. Não é, Sr. Embaixador? O senhor vai sair às 11h. Então, eu vou dar o máximo de celeridade aqui à nossa sessão. Obrigada.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é como se fosse uma litúrgica celebração de redescobrimento do Brasil; é como se fosse a celebração de uma bênção destinada a poucos países do Planeta. Afinal de contas, o processo de ocupação e exploração de nossa terra se deu, e ainda se dá, de forma enriquecedoramente difusa e multicultural.

Nossa origem se configura em diversidades e em temporalidades múltiplas, combinando raças, etnias e culturas dentro de uma moldura aleatória e bem-vinda. Como a formação de uma pátina a emitir luzes e cores infinitas sobre a pintura, a miscigenação brasileira, oriunda de diversas contribuições migratórias, encanta o quadro populacional do nosso País.



Nesse contexto, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras presentes e todos, a integração dos imigrantes japoneses aos costumes do Brasil, ao longo de mais de cem anos, não poderia ser resumida em breves palavras. As experiências adaptativas foram tantas e em tantos recantos do País, que não podemos identificar um modelo único de convergência cultural.

Na verdade, graças ao ingresso de uma franja tão representativa da tradicional civilização oriental, o caldo cultural nos trópicos se submeteu a um processo muito refinado de viver e pensar a existência latino-americana. Seja no genótipo, seja nos costumes, um novo e original modo de identidade cultural se filtrou pelas cavidades e tecidos mesclados desse pulsante hemisfério.

Desde o início do ano, as comunidades nipo-descendentes festejam os 111 anos da imigração japonesa. Sem dúvida, um dos pontos altos desse ciclo de festividade é a já tradicional recriação da chegada do navio Kasato Maru ao armazém 14 do porto de Santos, no mesmo dia 18 de junho, em que, há mais de um século, aportaram as primeiras 158 famílias japonesas em solo brasileiro, totalizando quase 800 pessoas.

Sem exageros, apesar do improviso inicial e dos sacrifícios inerentes a uma mudança tão drástica de vida, é forçoso fazer um balanço positivo da empreitada. Ao longo dos mais de cem anos desse descontínuo fluxo migratório, trocaram o Japão pelo Brasil cerca de 300 mil pessoas. Segundo cálculos demográficos, a população brasileira de origem japonesa soma hoje quase três milhões de habitantes.

No entanto, o crescimento populacional não é mais expressivo em virtude do fluxo de retorno dos contingentes cada vez maiores dos decasséguis ao Japão. Mudaram-se para o Japão aproximadamente 500 mil nipo-descendentes nas últimas duas décadas, com o objetivo de desfrutar de oportunidades de trabalho abundantes lá e escassas por aqui.

Como se sabe, Sras. e Srs. Senadores, o pêndulo dos movimentos migratórios oscila de acordo com o movimento de maior ou menor dinamismo da economia. Agora, é o Japão que oferece emprego aos brasileiros. Cem anos atrás, era o Brasil que acenava para os japoneses.

Ademais, para além da inquietação natural que move o homem e o mantém na busca incessante da terra prometida, toda migração tem forte motivação econômica e algum fundo político. Contudo, não importam os motivos, nosso País respira Japão por todos os lados. Não é à toa que o Brasil é hoje a maior comunidade japonesa do mundo fora do Japão. No decorrer desta jornada, nipo-brasileiros têm contribuído para o desenvolvimento do Brasil em diversas áreas, fortalecendo as relações econômicas, humanitárias e científicas entre ambos.

Para os historiadores da culinária nacional, uma das contribuições está na alimentação, em que a cultura japonesa incentivou o consumo de peixe, hábito outrora nada comum, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste. Nessas regiões, a gastronomia predominantemente privilegiava o consumo de carne bovina praticamente todos os dias. Dito e feito, com o aumento dos restaurantes japoneses, o consumo de peixe duplicou o hábito alimentar do brasileiro, proporcionando uma proteína menos gordurosa em nossa dieta e muito mais saudável. Nos dias de hoje, correntes, raros são os centros urbanos desfalcados de restaurantes e *fast-foods* tipicamente orientais no nosso País.

Na visão dos economistas, outra grande contribuição bastante visível envolve a indústria de motocicletas e automóveis. A força desse setor contribuiu muito para o desenvolvimento econômico e industrial do nosso Brasil, gerando empregos, impostos e trazendo divisas com as exportações. Em números mais precisos, as montadoras de motocicletas japonesas possuem juntas



90% de participação no mercado brasileiro, boa parte da qual sob a égide da Moto Honda da Amazônia.

Segundo a mesma toada, no setor de automóveis são cinco montadoras japonesas com fábricas no Brasil. A quantidade se sobressai na medida em que não há nenhuma outra nacionalidade com o mesmo número de montadoras instaladas por aqui. Sintoma dessa pujança, é o fato de o Japão ser o segundo país com o maior volume de financiamento ao Governo brasileiro, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

Saindo das questões da gastronomia e dos assuntos econômicos, não poderia deixar de falar de esporte e cultura, em cujas áreas nosso País se desenvolveu com a imprescindível contribuição dos nossos irmãos japoneses. Os desenhos japoneses são apresentados no Brasil desde a década de 60; a técnica bonsai para conservar árvores em miniatura; o uso do bambu na confecção do artesanato, o *zori*, criação japonesa que deu origem às sandálias de dedo; dentre outras tantas contribuições.

No esporte nem se fala: beisebol, caratê, judô e tantas outras artes marciais que têm sido instrumentos de transformação e inclusão social em nosso País tiveram a sua origem nas terras do sol nascente.

Srs. e Srs. Senadores, aqui em Brasília existe uma harmônica simbiose entre as dezenas de imigrações que ocupam este lugar, desde a sua fundação, em 1960. A impressão que se tem é de que o Presidente Juscelino Kubitschek, ao inaugurar a nova Capital, infundiu no País um simbólico redescobrimento nacional, repactuando um contrato de hospitalidade na diversidade.

Antes mesmo da inauguração de Brasília, algumas famílias de imigrantes japoneses já habitavam em Goiânia e foram convidadas pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Naturalmente, o convite presidencial se destinava a atraí-los para fomentar a produção agrícola local.

Em 1957, cinco famílias de imigrantes japoneses se deslocaram para Brasília. As famílias Kanegae, Hayakawa, Ogawa, Ikeda e Okudi fixaram, na ocasião, residência na Colônia Agrícola Kanegae, em homenagem ao pai de Hydeaki Kanegae, que foi um dos fundadores do lugar. A essas tradicionais famílias, se agregam hoje outros sobrenomes tão nobres quanto os pioneiros. Vale constar, agora, as já importantes famílias Ueda, Kodama, Uema, Nakashima e Sumida, entre outras.

Hoje, é a Colônia Agrícola Vargem Bonita, bairro próximo ao Park Way, que abriga o maior reduto nipônico de Brasília, com cerca de 40 famílias — praticamente todas com parentes que ainda residem no Japão. Aliás, de acordo com um levantamento realizado pela Associação Cultural Nipo-Brasileira de Vargem Bonita, os parentes dos agora moradores do Distrito Federal vivem em regiões mais ao sul do Japão.

Trabalhando sobretudo com agricultura, os japoneses e descendentes japoneses em Brasília reúnem, atualmente, cerca de 50 famílias em Vargem Bonita. Alguns ainda labutam diariamente na roça, cultivando hortaliças para sustentar a família, mas a maioria já conquistou espaço produtivo e comercial em larga escala.

No cenário atual, a Colônia Vargem Bonita ficou pequena demais para os descendentes de japoneses, que desembarcaram em Brasília ainda nos anos 60. Como bem frisamos, à época, concentravam o trabalho nas chácaras, abastecendo as prateleiras dos supermercados com produtos hortifrúti. De lá para cá, nem todos permaneceram na agricultura. Alguns deixaram o cenário bucólico e decidiram viver em regiões como Plano Piloto, Taguatinga e Águas Claras,



tocando negócios os mais variados, ou ocupando cargos de destaque nas hierarquias do setor público.

Nesse clima de confraternização, não por acaso, o Festival do Japão Brasília tem-se firmado como o maior e mais abrangente evento sobre a cultura japonesa no Distrito Federal.

É realizado, anualmente, desde 2012, e foi idealizado pela Federação das Associações Nipo-brasileiras do Centro-Oeste, com o intuito de divulgar e preservar as raízes japonesas. Didaticamente elaborado, seu conteúdo programático é formado por *shows* musicais, exposições, clínicas, exibições de artes marciais, artesanato e gastronomia.

Em suma, graças à relevância da presença nipônica na construção do Brasil e de Brasília, devemos exaltar, a todo momento, o caráter trabalhador e educado dessa valiosíssima cultura oriental. Não de menor importância, temos que, igualmente, reconhecer sua integração na complexa e rica formação cultural brasileira.

Para concluir, Sras. e Srs. Senadores, não poderíamos, portanto, deixar de aproveitar a ocasião para, mais uma vez, prestar justa homenagem a todos os japoneses e seus descendentes no Brasil. Em suma, trata-se de mais de um século de contribuições contínuas e incomensuráveis, em função das quais o Brasil tornou-se melhor!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Agradeço a presença do atleta de Brasília, Matheus Takaki. Ele é campeão brasileiro universitário de judô e é filho do cantor Alysson Takaki, que nos brindou com os Hinos Nacionais do Japão e do Brasil. (*Palmas.*)

Gostaria de registrar a presença dos ilustres Presidentes das Associações Nipo-brasileiras que nos honram com as suas presenças neste evento: Waldemar Hiroshi Umeda, Kuniyoshi Yasunaga, que se aliaram à nossa celebração e nos ajudaram muito na preparação desta sessão; da querida Alessandra Yamamoto, da Kamada Verde, que elaborou e doou esses lindos arranjos que estão à nossa frente, com as cores do Brasil e do Japão, que estão enfeitando o nosso Plenário – muito obrigada, Alessandra! –; e do Heitor Kanegae, o primeiro nissei de Brasília – obrigada, Heitor. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra agora para o nosso Embaixador do Japão aqui em Brasília, o Sr. Akira Yamada.

O SR. AKIRA YAMADA (Para discursar.) – Exma. Sra. Senadora Leila do Vôlei, distintos convidados, autoridades, senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos por esta maravilhosa oportunidade de comemorar os 111 anos da imigração japonesa. E agradeço também pela iniciativa da Senadora Leila do Vôlei para realizar esta sessão. Em segundo lugar, igualmente importante, quero parabenizar o Brasil por ser o campeão da Copa América. (*Palmas.*)

Lamentavelmente, o adversário da final não foi o Japão. Mas estou muito contente com a vitória do Brasil no final da Copa.

Bem, desde que os primeiros imigrantes japoneses chegaram, em 1908, apesar de terem enfrentado inúmeras dificuldades, os imigrantes dedicaram-se com afinco, e os seus descendentes deram uma grande contribuição ao desenvolvimento do Brasil e tornaram-se hoje membros indispensáveis da sociedade brasileira. Atualmente, a comunidade nipo-brasileira no Brasil é composta por aproximadamente 2 milhões de pessoas, e, no Japão, vivem cerca de 200 mil brasileiros.



Os dois países, que são apoiados nesse laço pessoal, compartilham os valores fundamentais como democracia, liberdade e império da lei, construindo as relações tradicionalmente amigáveis. Até agora, têm implementado em conjunto diversos projetos de grande escala, chamados "projetos nacionais". Por exemplo, podemos citar o desenvolvimento agrícola dos Cerrados, a Usiminas, a Cenibra, a Ishibrás, a Albrás, o desenvolvimento de Carajás, etc. Especialmente, o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) transformou a região dos Cerrados em uma das maiores regiões produtoras agrícolas, transformando o Brasil em um dos maiores produtores e exportadores de soja no mundo. Considero esse projeto como aquele de que tanto japoneses quanto brasileiros devem se orgulhar.

Além disso, o Japão tem contribuído em áreas como a infraestrutura urbana, a transmissão digital de sinal de televisão, a prevenção de desastres naturais e a introdução do modelo de polícia comunitária Koban.

No ano passado, quando comemoramos os 110 anos da imigração japonesa, o Senado Federal realizou uma sessão especial aqui neste Plenário.

Em 2019, os dois países entraram numa nova era. No Brasil, começou o novo Governo do Presidente Bolsonaro, em janeiro, com uma grande renovação no Congresso Nacional; no Japão, Sua Alteza Príncipe Herdeiro foi entronizado como Sua Majestade Imperador do Japão, iniciando uma nova era chamada *Reiwa*, que significa "bela harmonia".

Nas relações bilaterais, em janeiro deste ano, foi realizada a reunião da cúpula Japão-Brasil, e foi estabelecida uma relação de confiança entre os dois Chefes de Governo. Em fevereiro, com a visita dos jovens Parlamentares brasileiros ao Japão teve início um novo intercâmbio parlamentar.

No final do mês passado, o Presidente Bolsonaro visitou o Japão para participar na cúpula do G20, em Osaka. Nessa ocasião, foi realizada, com o Primeiro Ministro Abe, a segunda reunião da cúpula Japão-Brasil, na qual concordaram que os dois países vão buscar uma promoção ainda maior do comércio e investimentos, e exaltaram as cooperações em progresso em amplas áreas como segurança pública, defesa civil, conservação do meio ambiente, justiça criminal, educação e apoio para refugiados venezuelanos, compartilhando a ideia no sentido de continuar promovendo novas cooperações. Além disso, o Primeiro Ministro Abe afirmou que aprecia a iniciativa de promover as reformas do Governo Bolsonaro.

Eu também estou convicto de que, se as reformas no Brasil avançarem, muitas empresas japonesas voltarão a olhar para o Brasil novamente para se instalar no Brasil e aumentar os investimentos.

O Presidente Bolsonaro me disse: "Quero que considere que sou amigo do Japão". Espero que os dois países continuem trabalhando juntos, como parceiros estratégicos globais, sobre as agendas internacionais diversas, como a reforma das Nações Unidas, incluindo a do Conselho de Segurança, e a reforma da OMC, além de fortalecer as cooperações bilaterais.

Para terminar minhas palavras, gostaria de reiterar os meus agradecimentos, como Embaixador do Japão no Brasil, a todos os Senadores e as pessoas ligadas às duas Casas e ao Governo, e a comunidade *nikkei*, que estão apoiando as relações entre os dois países.

Muito obrigado.

Domo arigato gozaimashita. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata, Embaixador Yamada.



Eu incorporo as palavras do Senhor Presidente Jair Bolsonaro às minhas e, certamente, de todo o Senado Federal, entendendo a importância dessa parceria, dessa relação, que, além de ser comercial, é humana entre os dois países.

No que depender, tenho certeza, desta Casa e deste Congresso, teremos anos promissores nas relações com o seu país em todas as áreas.

Obrigada pela sua presença.

Passo a palavra, agora, à Diretora do Departamento de Japão e Pacífico, da Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Oceania e Rússia, do Ministério de Relações Exteriores, a Sra. Ministra Cecília Ishitani. (*Palmas.*)

A SRA. CECÍLIA KIKU ISHITANI (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Exma. Sra. Senadora Leila Barros, Exmos. Senadores, Senadoras, Deputadas e Deputados, Exmo. Embaixador do Japão, Sr. Akira Yamada, representantes diplomáticos, representante da Feanbra, representante da Jica, colegas do Ministério, senhoras e senhores, agradeço a Senadora pelo convite para compor esta mesa. Saúdo a sua iniciativa, primeira Senadora do Distrito Federal, de patrocinar a louvável iniciativa de realizar esta sessão solene.

É, para mim, motivo de honra e alegria participar desta celebração.

Rememoramos os 111 anos da chegada do navio Kasatu Maru ao Porto de Santos, com 781 imigrantes japoneses, que aqui chegaram com um sonho, sonho que virou realidade, contribuindo de forma valorosa para a formação da identidade e o desenvolvimento de nosso País.

Tendo chegado para trabalhar, inicialmente, na lavoura cafeeira, os primeiros japoneses rapidamente ocuparam crescente espaço, aportando para o progresso de nossa agricultura e avanço de outros setores da economia.

Hoje, a comunidade nipo-brasileira, com cerca de dois milhões de pessoas – a maior comunidade de descendentes japoneses fora do Japão –, destaca-se nas mais variadas áreas: da arte à academia, da economia à política.

No âmbito econômico, a presença japonesa foi de especial relevância em pelo menos dois aspectos: o fortalecimento do complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 50; e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, em particular da soja, a partir da década de 70, com o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer).

Como nipo-descendente, tenho muito orgulho das conquistas de meus ancestrais e do elevado grau de integração que a comunidade japonesa teve no Brasil. Neta de quatro avós japoneses, que mal aprenderam português, sei dos grandes desafios enfrentados. Por isso, sou muito grata aos esforços envidados e aos ensinamentos que recebi de meus avós e sobretudo de meus pais – a convicção de que a educação é prioritária e que a dedicação e o trabalho árduo tudo podem –, orientações valiosas de vida e que me permitem estar hoje aqui.

No quesito imigração, é importante lembrar ainda que vivem atualmente em território japonês cerca de 200 mil brasileiros. Essa destacada comunidade representa a mais nova fase dos vínculos humanos entre nossos países. Celebraremos em 2020 os 30 anos da comunidade brasileira no Japão, que tem diante de si o desafio de uma melhor integração na sociedade japonesa, sociedade que também tem diante de si o desafio de uma mais plena integração das mulheres, com maior equidade e acesso ao mercado de trabalho, desafio por nós compartilhado.

Senhoras e senhores, a intensa e amistosa troca entre nossas Nações só tem a nos favorecer. Na área dos esportes, por exemplo, lembrando a sucessão dos dois países como sedes dos Jogos



Olímpicos, os nipo-descendentes ajudaram a desenvolver no Brasil modalidades como o tênis de mesa e as artes marciais, em particular o judô. Parece-me oportuno recordar ainda que nossos treinadores em muito contribuíram para cultivar a paixão nipônica pelo futebol.

A intensa cooperação parlamentar, por sua vez, tem sido importante instrumento para dinamizar as relações bilaterais. Exemplo disso é o Grupo Parlamentar Brasil/Japão, presidido pelo Deputado Luiz Nishimori, bem como as recorrentes missões parlamentares entre os países, a última das quais realizada em março, integrada por jovens líderes, como o Deputado Kim Katagiri, oportunidade em que mensagens em prol da nossa comunidade e das relações de comércio foram destacadas.

Não poderia deixar de notar ademais a contribuição do Deputado Luiz Nishimori para a promoção das relações Brasil-Japão, por seu ativismo, entusiasmo e visão. Suas periódicas missões ao Japão, a mais recente acompanhamento no Presidente Bolsonaro no contexto da Cúpula do G20 em encontro com o Primeiro Ministro Shinzo Abe, enfatizam o entendimento da nossa prioridade recíproca.

Terceira maior economia do mundo, o Japão apresenta muitas oportunidades e oferece enorme potencial para as exportações brasileiras. Parceiro mais tradicional do Brasil na Ásia e com quem temos cooperação técnica há 60 anos, por intermédio da Jica, o Governo brasileiro tem envidado esforços para o início das negociações comerciais Mercosul e Japão, um melhor acesso de produtos de nosso agronegócio, a diversificação de nossas exportações e a atração de novos investimentos japoneses.

Senhoras e senhores, a era Reiwa, inaugurada com a ascensão do Imperador Naruhito, em maio, simboliza a transição para tempo de renovadas expectativas, fundadas na ordem, na harmonia e na paz. Tenho esperança e, mais além, a convicção de que no reinado do Imperador Naruhito, que se anuncia longo e próspero, os vínculos humanos e de cooperação entre Brasil e Japão se fortalecerão ainda mais, rendendo novos e prósperos frutos para ambas as Nações.

Muito obrigada.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata também, Cecília, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra, agora, para o Representante-Chefe da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), Sr. Hiroshi Sato. (*Palmas.*)

O SR. HIROSHI SATO (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Exma. Sra. Senadora Leila Barros; demais Senadoras e Senadores federais; Exma. Ministra Cecília Ishitani, Diretora do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico do Itamaraty; autoridades aqui presentes; senhoras e senhores, agradeço por esta oportunidade de falar sobre a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica).

Em julho de 2017, a Jica definiu o lema "Unindo o Mundo com Laços de Confiança" como nova visão da agência. Confiança é o conceito básico da cooperação japonesa.

A cooperação econômica entre o Japão e o Brasil se iniciou em 1959, com a vinda de um perito japonês na área de agricultura. E, neste ano, comemoramos os 60 anos dessa relação.

Uma das atividades representativa na área de agricultura é o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). Transformou os cerrados, região inapropriada para a agricultura, em uma região cultivável, transformando o Brasil num grande país fornecedor de grãos. Também tivemos a participação no projeto de siderurgia da Usiminas, entre muitos outros.



Atualmente, temos executado o Projeto de Multiplicação de Policiamento Comunitário, com o objetivo de melhorar a situação de segurança pública do Brasil, através da construção de laços de confiança entre a população e as polícias.

Esses resultados da cooperação técnica estão sendo disseminados nos países da América Latina e da África através dos parceiros brasileiros. Executamos cooperação para o desenvolvimento da infraestrutura como, por exemplo, o de rebaixamento da calha do Rio Tietê, em São Paulo, e para o projeto de saneamento em Salvador, Bahia, entre outros.

A Jica envidará todos os esforços para que sejam executados projetos de infraestrutura de alta qualidade e que tenham a confiança do povo brasileiro.

Quanto à capacitação de recursos humanos, 11.580 técnicos, principalmente do setor público do Brasil, participaram de treinamento no Japão nas mais variadas áreas e estão contribuindo para solucionar os desafios do desenvolvimento do Brasil.

Atualmente, as atividades de apoio à sociedade *nikkei* estão sendo redirecionadas para os cursos de treinamentos de *nikkeis* e envio de voluntários japoneses para entidades *nikkeis*. Até o momento, foram enviados 1.121 voluntários para as associações *nikkeis* do Brasil, através do ensino da língua japonesa, dos cuidados aos idosos, dos esportes, trabalhando diretamente para aprofundar os laços de confiança entre os nossos países em nível de comunidade.

Atualmente, como parte de uma nova iniciativa, estamos nos esforçando na parceria com as empresas privadas e na capacitação da camada de liderança que se tornarão a ponte de confiança entre os nossos dois países. Quanto à parceria com as empresas privadas, ao mesmo tempo em que aproveitamos a boa relação de confiança com os órgãos do Governo construída até o momento, também queremos incluir na parceria a sociedade *nikkei* que trabalha ativamente nas várias áreas no Brasil.

Em relação à capacitação da camada de liderança, além do recém-lançado programa de bolsa no Japão, este ano estabelecemos o programa de estudo do desenvolvimento japonês, a Cátedra Fujita-Ninomiya, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para promovermos o desenvolvimento de recursos humanos pró-Japão.

A Jica continuará a envidar esforços para assegurar que o Japão e o Brasil estejam firmemente unidos por meio de um laço de confiança e, além disso, que esses laços de confiança entre nossos países também envolvam os países vizinhos e de outras regiões.

Para finalizar, agradeço, do fundo do coração, a todos pela realização desta brilhante sessão especial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Hiroshi.

Passo a palavra agora ao representante da Federação das Associações Nipo-Brasileiras do Centro-Oeste (Feanbra), o Sr. Luiz Nishikawa.

O SR. LUIZ NISHIKAWA (Para discursar.) – Bom dia, senhores e senhoras.

Inicialmente, cumprimento aqui a Exma. Senadora Leila e agradeço o honroso convite para participar deste evento.

Parabenizo-a por sua iniciativa desta homenagem aos 111 anos da imigração japonesa no Brasil, que se iniciou em 18 de junho de 1908, com o aporte do navio Kasato Maru no Porto de Santos, com 781 imigrantes japoneses.



Cumprimento também o nosso Embaixador do Japão no Brasil, Sr. Akira Yamada; o representante da Jica, Hiroshi Sato; a Ministra Cecília Kiku Ishitani; as demais autoridades; e as senhoras e os senhores presentes.

A Feanbra tem como principal objetivo difundir a cultura japonesa e estreitar e fortalecer os laços de amizade e fraternidade entre Brasil e Japão, principalmente mediante integração e intercâmbio cultural, social, educacional, esportivo, artístico, de tradição, hábitos e costumes japoneses.

Dessa forma, promove o Festival do Japão, torneio de futsal, concurso de Miss *Nikkei*, o Festival de Música de Brasília, concurso de karaokê, coordena a gastronomia da Festa da Goiaba e da Festa do Morango, ajuda no evento da Japonina, festa junina da Vargem Bonita, entre outros.

Nós temos, na nossa Federação, seis associações: Associação Rural Cultural Alexandre Gusmão, Associação Nipo-brasileira de Vargem Bonita, Associação Nipo-brasileira do Incra, Associação de Estudos da Língua Japonesa de Brasília, Associação Nipo-brasileira de Paracatu e Associação Nipo-brasileira de Goiás.

A cultura japonesa, a cada ano que passa, vem sendo cada vez mais apreciada pelo povo brasileiro, tanto pela sua gastronomia, como pelos costumes e hábitos. De certa forma, essa cultura, pela sua riqueza, rígida disciplina e respeito ao próximo, vem também influenciando, de modo positivo, o povo brasileiro.

O maior projeto da nossa federação hoje é o Festival do Japão. Hoje, na oitava edição, atrai um público cada vez maior e, além de difundir a cultura japonesa, promove a confraternização de toda a comunidade japonesa de Brasília a favor da cultura japonesa. Dessa forma, ela une a difusão da cultura ao povo brasileiro, com a confraternização de toda a comunidade nipo-brasileira.

Aproveito a oportunidade para agradecer o apoio do Embaixador da JICA e demais órgãos governamentais ao Festival.

Para encerrar minhas palavras, gostaria de deixar registrada uma homenagem a duas pessoas que nos deixaram, mas que, enquanto vivos, se dedicaram imensamente aos objetivos da nossa Federação: homenageio aqui o Sr. Mitsutoshi Akimoto e a Profa. Aiko Ogasawara, que infelizmente já não se encontram conosco, mas que muito dedicaram as suas vidas à nossa federação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Luiz.

Eu gostaria de registrar e agradecer também a presença do Embaixador do Reino da Tailândia, o Sr. Surasak Suparat. (*Palmas.*)

Pessoal, eu gostaria de anunciar aqui que o nosso Embaixador Sr. Yamada está se retirando, já que ele tem um compromisso agora às 11h, mas eu gostaria muito de agradecer a sua presença.

O SR. AKIRA YAMADA – Agradeço profundamente pela iniciativa e por ter sido uma cerimônia excelente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por favor, uma salva de palmas para o nosso Embaixador do Japão aqui no Brasil, Sr. Akira Yamada.



Muito obrigada, Sr. Yamada. (*Palmas.*)

Eu registro e agradeço a presença do campeão brasiliense de judô Salomão Pereira de apenas três anos de idade, integrante do projeto social Judô Precoce, idealizado pelo *sensei* André Pereira, que atende crianças com deficiência aqui no Distrito Federal, a quem eu convido para uma breve apresentação. (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação de judô.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ai, que lindo! Parabéns, *sensei!* Obrigada. Obrigada, Salomão! Obrigada, Professor! Grata.

Bom, agora, eu passo para a próxima apresentação. O grupo que está nesta sessão é o grupo de dança japonesa Koharu Shigure, de Taguatinga, que dissemina a cultura japonesa aqui em Brasília com extremo brilhantismo.

(*Procede-se à apresentação do Grupo Koharu Shigure de dança japonesa.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agradeço ao grupo de dança Koharu Shigure. As meninas são de Taguatinga, minha terra. Eu quero agradecer muito o improviso, pela falta de espaço aqui. E a gente vê, nessa apresentação – dá para perceber –, o quanto nós ainda temos que evoluir nessa questão de respeito às hierarquias, aos mais velhos. Belo trabalho!

Quero agradecer a todos vocês que vieram a esta sessão. Coincidencialmente, esta foi a primeira sessão especial que eu tive a honra de presidir, e é em homenagem ao Japão. Isso não é à toa, até pela minha história, pela minha vida como atleta, representando o País, indo muito para a minha segunda terra, que é, indiscutivelmente, o Japão.

Quero agradecer a presença de todos nesta sessão e dizer que, no ano que vem, vamos caprichar, vamos fazer uma sessão maravilhosa, à altura, porque tudo foi muito rápido. Quando nós soubemos, nós ainda não tínhamos feito essa relação com esta sessão. Mas eu quero agradecer também à minha equipe e a todos os que participaram desta sessão.

Que seja um ano bom para todos nós!

Declaro encerrada a sessão solene.

Muito obrigado a todos os presentes. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 13 minutos.*)



Ata da 115^a Sessão, Não Deliberativa, em 8 de julho de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Alvaro Dias, Telmário Mota, Confúcio Moura, Nelsinho Trad e Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 17 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (Vide parte II do Sumário)

Sou o primeiro orador inscrito, mas vou fazer uma permuta com o Senador Kajuru. Assim mesmo, Senador Kajuru, permita-me que eu leia um voto de pesar enquanto V. Exa. vai à tribuna.

Requerimento.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento de João Gilberto Prado Pereira de Oliveira, bem como a apresentação de condolências aos familiares e amigos.

Nascido em 10 de junho de 1931, no Município de Juazeiro, no Estado da Bahia, o cantor, violonista e compositor João Gilberto é considerado um artista genial. Revolucionou a música brasileira ao criar uma nova batida de violão, com influências do jazz, para tocar samba, a famosa bossa nova. O jeito suave de cantar também foi visto como inovador.

Em 1961, concluiu a trilogia de álbuns fundamentais que apresentaram a bossa nova ao mundo. Títulos: Chega de Saudade, de 1959; O Amor, o Sorriso e a Flor, de 1960; João Gilberto, de 1961. Desde o lançamento do compacto que tinha Chega de Saudade e Bim Bom, munido apenas da voz e do violão, começou uma revolução na música mundial. Dono de uma sonoridade original e moderna, João Gilberto levou a música brasileira ao mundo, principalmente aos Estados Unidos, Europa e Japão.

Tido como um dos músicos mais influentes do jazz americano do século XX, ganhou prêmios importantes nos Estados Unidos e na Europa, como o Grammy, em meio à chamada Beatlemania. Depois da consagração, lançou criações próprias e seguiu com *shows* e discos que se tornaram obras de arte, como é o caso de Amoroso, álbum gravado nos Estados Unidos entre 1976 e 1977. João Gilberto deixa um grande legado para o Brasil e para o mundo. Conhecido como o pai da bossa nova, influenciou a sua e as próximas gerações.

João Gilberto morreu em casa, neste sábado, aos 88 anos, causando comoção no Brasil e internacionalmente. O corpo do cantor está sendo velado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em cerimônia aberta ao público. O enterro acontecerá às 16h, em Niterói.

João Gilberto era daqueles homens que dedicaram a sua vida ao amor e às causas da nossa gente. É bom saber, João Gilberto, você que estará no alto, que no mundo existem mais pessoas iguais a você. Numa época em que se fala tanto em ódio, você pregava o amor.

Permita-me, ainda, Senador Kajuru, porque é um voto de pesar e um voto de aplauso.

O voto de aplauso é à seleção brasileira.

Cumprimento a Seleção Brasileira de Futebol pela conquista da Copa América 2019. Quero saudar o grande treinador gaúcho, sem nenhum bairrismo, mas que ele é do Rio Grande do Sul é, e eu tenho o maior carinho por ele.

Sabem que, no momento em que fui a Porto Alegre comprar uma camisa do time – e eu sou do Caxias, do interior – de coração do meu filho, que é o Inter, o Tite estava lá. Então, eu pedi a ele, que, com a maior gentileza, abraçou, tirou fotos e autografou a camiseta. Esse é o Tite.



Eu cumprimento Adenor Leonardo Bachi, o Tite, e, na figura dele, pelo comando, pela clareza e inteligência, com carinho e respeito, toda a comissão técnica, todos os jogadores, os que jogaram e os que não jogaram. Eu não sou daqueles que dizem, por exemplo, que o Neymar não é importante. O Neymar é importante, sim. Ele não jogou, mas estava lá prestigiando os seus colegas. Com certeza, ele compõe essa geração de jovens que ainda há de dar muitas e muitas vitórias ao futebol brasileiro.

Eles foram fantásticos – técnica, suor, raça e lágrimas. Mesmo quando estavam com 10 homens em campo contra os 11 guerreiros também do Peru, eles foram à luta e fizeram o tão importante terceiro gol. Provaram que, com união, se vai ao longe. O infinito e o horizonte tornam-se muito perto, estão logo ali. Basta querer, querer e querer.

Ganhar uma competição como essa não é nada fácil. Há de se ter muita dedicação, perseverança e foco.

Parabéns também a todas as equipes que participaram e, claro, por que não, lembro também aquela que foi vice-campeã, a seleção peruana. Assim, eu abraço a todos.

Estão feitos os dois votos: o primeiro, lamentavelmente, de pesar e o segundo de aplauso.

A palavra é sua, Senador Kajuru, por permuta com este Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Estimado amigo e histórico Senador Paulo Paim, justas as suas palavras, inicialmente em relação a alguém com quem eu convivi e com quem aprendi uma frase, João Gilberto. Lá no Rio de Janeiro, no restaurante La Fiorentina, disse ele a mim há cerca de 12 anos – eu, nervoso com um assunto –: "Kajuru, o silêncio não comete erros". Nunca vou me esquecer disso, além, é claro, do compositor que foi e que, para mim, será imortal.

E são justas as suas palavras ao lembrar da seleção brasileira. Eu, que há muito tempo não assistia a futebol, desde quando encerrei a carreira, devo dizer que não gosto da seleção brasileira, porque, para mim, ela é um negócio bilionário que enriquece canalhas e mais canalhas ao longo dos anos. Mas desta seleção eu consigo gostar, Presidente, exclusivamente por causa do Tite. Sou amigo pessoal dele, e ele sabe quanto o quero bem, um homem de família, aglutinador, estudioso. Então, que o Tite seja cumprimentado e os jogadores também, que não têm nada a ver com o sentimento que nutro pela Confederação Brasileira de Futebol.

Bom, é sempre assim. Já chegou o Senador Telmário ali. Todo dia, aqui na tribuna do Senado, quando eu falto – neste ano todo foram três vezes, por questão de saúde, por hipoglicemia –, o Senador Paim é o primeiro e eu sou o segundo, ou o Telmário é o segundo e eu sou o terceiro.

Então, para eu falar primeiro, tem que ser nesta situação: o Senador Paim assumiu a Presidência da sessão e permutou comigo. Eu lhe agradeço, porque tenho um compromisso agora às três horas da tarde. E aproveito para agradecer o seu conselho, Presidente, e para agradecer o convite hoje feito de forma tão amável em nome do PROS, do meu grande amigo Telmário.

Chegando aí à mesa, ele disse: "Hoje eu não estou muito entusiasmado para falar, mas vou acabar falando". É claro que ele fala, não é, Alvaro todos os Dias?

Eu desenvolvi hoje, brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, meus únicos patrões, o hábito de compartilhar com os colegas, como seu empregado público, população brasileira, os projetos que tenho encaminhado a esta Casa, em média, um a cada 48 horas neste sexto mês de nosso trabalho aqui. Vou comentar desta tribuna o projeto de minha autoria nº 2.895, de 2019, que altera o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos,



reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações e entidades de assistência social.

A questão da alimentação resalta-se tanto do ponto de vista da sobrevivência pessoal, quanto, e principalmente, do ponto de vista social, pelo número de pessoas que pelas condições sociais não têm acesso a esse bem indispensável para a vida humana.

Na própria justificação, eu explicito que a alimentação é a base para o desenvolvimento de uma vida saudável e minimamente digna. Não é sem motivo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que sempre estabelece normas comuns a serem alcançadas por todos os povos e nações, estabeleceu que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, e elencou, em primeiro lugar, o direito à alimentação.

Na mesma linha de raciocínio, a Constituição Federal pontificou, como fundamento de nossa República, a dignidade da pessoa humana e, como direito social inalienável, o direito à alimentação – arts. 1º e 6º.

Sabemos que garantir alimentação adequada a todos os brasileiros – já somos mais de 200 milhões de habitantes – é um desafio enorme, em vista da acentuada desigualdade social que impera entre as nossas classes sociais. Contudo, o Poder Legislativo pode e deve contribuir com a proposição de leis que propiciem a chegada desses alimentos a entidades e organizações de assistência social que amparam pessoas em situação de vulnerabilidade e de abandono familiar. Sabemos também que muitas dessas organizações são sustentadas, em grande parte, por intermédio de doações voluntárias, realizadas sem nenhuma coordenação e concentradas em datas que inspiram a generosidade do brasileiro.

Entretanto, em tempos de crise econômica e de alto índice de desemprego, é bastante comum a falta de alimentos nessas instituições. E as pessoas não podem ficar à mercê apenas da benevolência eventual.

Enquanto isso, são desperdiçadas toneladas de alimentos que não foram comercializadas em estabelecimentos varejistas, atacadistas e em praças de alimentação dos nossos centros comerciais.

O fenômeno do desperdício de alimentos no mundo é exponencial. Entre 25% e 30% dos alimentos produzidos anualmente para o consumo humano se perdem ou são desperdiçados. Cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são descartadas a cada ano, o que seria suficiente, Brasil, para alimentar, pasmem, 2 bilhões de pessoas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Concluindo, no Brasil, cerca de 26,3 milhões de toneladas de comida são desperdiçadas por ano, o suficiente para alimentar mais de 13 milhões de pessoas. O total desperdiçado representa 10% dos alimentos disponíveis no Brasil.

Mas chamo a atenção para os dados que apresento agora. O relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2018", da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, aponta que, no Brasil, 2,5% da população passou fome no ano de 2017. Isso representou 5,2 milhões de pessoas. E a nossa Pátria amada só saiu do mapa da fome da ONU em 2014, quando o índice de pessoas ingerindo menos calorias do que o necessário caiu para 3% da população.

Fecho, afirmando que a FAO estima índices médios de perda ou desperdício de 40% a 50% para raízes, frutas, hortaliças e sementes oleaginosas; de 30% para cereais; de 20% para carne e produtos lácteos; e de 30% para peixes.



Pois bem, este é o projeto que ora apresento, que tem como objetivo estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos, reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações de assistência social.

A nosso ver, a fácil percibibilidade dos alimentos gera uma obrigação de destinação responsável e tempestiva dos alimentos por parte do fabricante, do distribuidor, do comerciante e do consumidor. É altamente necessário incutir uma cultura de consumo responsável dos alimentos, em respeito às pessoas privadas do seu acesso e à dignidade humana e é também uma questão de educação.

Fechando de vez, o projeto meu estabelece normas às redes de distribuição, assim como o padrão dos alimentos a serem distribuídos.

Por todos esses motivos de segurança alimentar e de disponibilidade dos alimentos viáveis de serem consumidos a pessoas necessitadas e pelo alto significado social, solicito aqui o apoio dos nobres e respeitosos colegas para mais uma aprovação de projeto elaborado pela minha equipe do Gabinete 16.

Agradecidíssimo, Presidente Alvaro todos os Dias, neste momento, e demais companheiros. Aqui vejo o Senador Telmário Mota e vejo também o Senador Paulo Paim.

Agradecidíssimo.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Kajuru, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Os cumprimentos ao Senador Kajuru pelo pronunciamento. Aliás, Kajuru todos os momentos, sempre presente em todas as sessões com o entusiasmo de sempre. Não perca esse entusiasmo, Senador Kajuru.

O Senador Telmário pediu?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Eu já assumo a tribuna e vou fazer aqui um reconhecimento do trabalho do Senador Kajuru. Sem nenhuma dúvida, aqui antes quem dominava esse território no sentido de chegar cedo e ocupar os espaços era o Senador Paulo Paim, que muitas vezes me obrigou a acordar cedo para acompanhá-lo nessas atividades, principalmente na segunda-feira, quando ele toca as reuniões da CDH.

O Senador Kajuru, que é um grande jornalista, um grande apresentador de televisão, empresário e agora político que representa muito bem Goiânia e o Brasil, trabalha, como o Senador Paulo Paim e como vários outros aqui. Como Senador, eu não tenho nenhuma dúvida de que ele enobrece esta Casa, tem um grande destaque e, às vezes, as suas colocações, que parecem ser polêmicas, Senador Paulo Paim, na verdade, expressam aquilo que a população gostaria de ter, essa oportunidade. E eu vejo o Senador Kajuru fazer isso.

Ele sempre mexeu com televisão e com rádio e aprendeu a ter essa sensibilidade da população brasileira, principalmente daqueles mais carentes. Com certeza, ele hoje é um dos grandes campeões das redes sociais, recebe um abastecimento de grandes informações nessa nova rede de comunicação e, sempre que usa essa tribuna, tem apresentado belíssimos projetos que hoje fazem com que o Senador Kajuru tenha esse grande destaque nesta Casa e essa grande admiração do povo brasileiro e esse grande amor que o povo brasileiro tem pelo Senador Kajuru.



Hoje cedo, eu, por missão do meu partido, liguei ao Senador Kajuru, que vinha de viagem, e lhe disse: "Senador, eu soube que V. Exa. está livre de partido. Eu quero lhe dizer que o PROS abriu todas as suas portas, colocou pérolas, colocou um tapete vermelho e o está convidado para compor o nosso quadro. Honra-nos muito, porque o PROS é um partido que não monitora nenhum político, porque o político tem que ser monitorado pela sua sensibilidade, pelo seu compromisso e pelo seu povo".

Então, eu quero, publicamente, reiterar o convite que fiz hoje, por telefone, a V. Exa.

Obrigado, Senador Paulo Paim, pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Depois dessa manifestação do Senador Telmário, que, certamente, tem também o nosso aval, em relação ao Senador Kajuru, passo a palavra, então, ao Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, por 20 minutos, V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Alvaro Dias, Senador Telmário, Senador Confúcio Moura, Senador Acir Gurgacz e Senador Kajuru... Senador Telmário, permita-me, para eu ficar dentro do meu tempo, dizer que assino embaixo de tudo que você falou em relação ao Senador Kajuru. Você é um Senador que chegou aqui há pouco tempo e já conquistou seu espaço e pode crer que... Há uma frase que é sua: alguns adversários tentam desconstituir aquele de quem não gostou por um termo ou outro de que não gostou, mas V. Exa. ninguém vai desconstituir. V. Exa., sem sombra de dúvida, é um grande Senador não só do seu Estado, mas do País.

Parabéns a V. Exa.!

O Sr. Telmário Mota (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para apartear.) – Senador Paulo Paim, como nós estamos neste bate-papo, o Senador Kajuru, quando se posiciona, quando se coloca... Um dia desses, o senhor me perguntou: "O Senador Kajuru não está preocupado com a reeleição?". Eu respondi: "Com a reeleição, eu não sei, mas com a futura geração ele está, sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Presidente Alvaro Dias, eu, dentro do tema, de que eu gosto muito, do ensino técnico, eu fiz a defesa, aqui, durante 20 minutos, do Sistema S. Ele não é perfeito, como nenhum de nós o é, e pode ser aperfeiçoado, mas não atacado, como estava sendo, pela importância que eu discorri aqui, durante 20 minutos, do Senai, do Sesc, do Sesi, de todo o Sistema S.

Hoje, na mesma linha, vou falar da importância dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Um dos alicerces que dão sustentação ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social de um país, à geração de emprego, de renda, ao combate à pobreza, ao combate à violência é a educação. A educação é tudo no universo do presente e do futuro. É ela que propicia as mínimas condições de os jovens serem seus próprios sujeitos da história.

História se faz com educação, com democracia, com cidadania, possibilitando à juventude viver e compreender o mundo e suas diversidades. Quando a educação é ampla, plural e de qualidade, acaba por proporcionar o pleno exercício das potencialidades dos nossos jovens e por difundir os valores humanos que alicerçam todo e qualquer sociedade pacífica.

Creio, como um apóstolo da vida, que somente e tão somente a educação é capaz de mudar o nosso País, é capaz de mudar o Brasil, abrindo caminhos e esperança para que os nossos jovens possam viver com dignidade agora e nos tempos futuros.



Por isso, a importância de o País estar preparado com educação de qualidade que, sem dúvida, será decisiva no mercado de trabalho e na garantia dos direitos das pensionistas, dos aposentados e de todos aqueles que sonham com um envelhecimento com qualidade.

Sr. Presidente, o sistema educacional brasileiro é dividido em níveis, etapas, faces, cursos, modalidades através da educação básica e da educação superior. Semana passada falei aqui sobre a importância dos cursos de formação, referi-me aqui ao Sistema S. Hoje pretendo abordar a importância dos institutos federais. Eles compõem a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

O projeto de lei que criou os institutos foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e sancionado pela Presidência da República, em 29 de dezembro de 2008, sendo publicado no *Diário Oficial da União*, em 30 de dezembro de 2008.

Os institutos federais têm forte inserção na área da pesquisa e extensão, visam estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendem seus benefícios a toda a comunidade. Eles formam profissionais com o objetivo de suprir a demanda de mão de obra técnica qualificada, buscando integrar conhecimentos básicos e técnicos, preparar os estudantes para a vida e para o exercício da cidadania.

A indústria absorve muito e muito esses profissionais. Os institutos federais têm autonomia, nos limites da sua área de atuação territorial, para criar e avançar em cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu conselho superior.

Cada instituto federal é organizado em estrutura com vários *campi*, com propostas orçamentárias anuais, identificadas para cada *campus* e reitoria, equiparando-se às universidades federais.

Os institutos federais eram baseados apenas nas capitais dos Estados. Hoje, 2003 até 2015, eu posso dizer que os institutos federais começam a ser expandidos para o interior do nosso País. Graças a uma nova postura governamental, ocorreu um salto fabuloso de investimentos nessa área. Em 2003, constatava-se praticamente nos dedos o número de escolas desse tipo no Brasil; em 2002, limitava-se a 140 *campi*; hoje são 644 unidades, organizadas em 38 institutos federais.

Conforme o Conselho Federal das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Conif), os subfederais estão nas cinco Regiões do País, em 568 Municípios, repito, com 644 unidades de ensino que promovem o conhecimento, as habilidades, a criatividade, o pensamento crítico e a formação cidadã de estudantes de diferentes situações socioeconômicas.

A educação profissional, científica e tecnológica brasileira prepara jovens para o mundo em constante transformação, em profissionais para exercerem atividades em ambientes cada vez mais diversificados. Ela é composta por 38 institutos, repito, dois centros federais de educação tecnológica (CFETs), o Colégio Pedro II, escolas técnicas vinculadas às universidades federais.

Atualmente, as instituições contam com 72 mil servidores – docentes e técnicos – e atendem cerca de 800 mil alunos em cursos presenciais e a distância. Conectada com várias culturas e nações, a rede federal possui parceria com inúmeras entidades internacionais, possibilitando a mobilidade de estudantes e professores em uma sociedade contemporânea e plural, promovendo a diversidade de experiências e saberes.

Ainda conforme o Conif, abro aspas, "antigamente as escolas formavam sapateiros, [pedreiros,] trabalhadores para a indústria; hoje [formam, sim, dentro do limite, mas avançaram muito,], formamos cidadãos para o mundo, profissionais qualificados, preparados para atender aos



desafios das novas tecnologias e da inovação. Isso mostra a capacidade e o impacto dessa rede centenária para a sociedade brasileira."

Amigos e amigas, as coisas boas que são feitas em nosso País, salvo raras exceções, não recebem o reconhecimento necessário. Eu sou um daqueles que reconhecem, sim, e fazem isso neste momento. Entre 2000 e 2014, mais de 1 bilhão foi investido e foi repassado também 1,5 bilhão a 23 Estados para o Programa Brasil Profissionalizando. Em 2016, chegou a atender 1 milhão de estudantes.

Outra ação realizada foi o acordo de gratuidade com as entidades que compõem o Sistema S, de que falei aqui na sexta-feira. Com essa integração, foram geradas mais de 350 mil matrículas gratuitas nas escolas do Senac e do Senai. Importante destacar que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) atendeu 8 milhões de brasileiros até 2014, mediante cursos técnicos e de qualificação profissional, além de bolsas e financiamento estudantil.

Nos anos de 2013 e 2014, os institutos federais contrataram mais de 700 projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o nosso CNPq, grande parte deles envolvendo parcerias com instituições do setor produtivo em todas as Regiões do País. Foram financiados cerca de R\$60 milhões. Os institutos captaram mais de R\$1,8 milhão em contrapartida financeira e mais de R\$7,7 milhões em contrapartida não financeira.

Em 2015, foram credenciados cinco polos de inovação, junto à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), após terem passado por critérios muito firmes, eu diria, de fiscalizadores num processo de seleção.

Exemplos de projetos desenvolvidos pelos institutos federais – vou dar alguns exemplos: veículos elétricos para reciclagem de resíduos sólidos, não tripulados e de transporte urbano; bengala para auxiliar pessoas com doença de Parkinson; veículos adaptados à modalidade de cadeirantes em praia; simulador cardíaco; sistema integrado de gestão de água, economia de recursos; sistema de aquisição de dados para sensoriamento de unidades geradoras de energia elétrica.

Há muitos outros projetos, e tudo isso é uma realidade que pode mudar a vida de milhões e milhões de pessoas.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, a minha experiência com cursos técnicos teve início nos anos 60, quando fiz o curso, ainda no Senai, em Caxias do Sul. Logo depois, atuando também no sindicalismo, fui Presidente do Sindicato Metalúrgico de Canoas, onde incorporei, nessa luta do diálogo, das negociações, o incentivo aos cursos técnicos nas regiões onde eu atuava como sindicalista.

Na Constituinte de 1988, levei um debate para as Comissões temáticas. À época, dizia eu: "Se queremos colocar o nosso País nos trilhos do desenvolvimento, não podemos abrir mão do ensino técnico profissionalizante, das nossas escolas técnicas".

Em 2005, apresentei uma proposta que foi, na época, considerada muito avançada. Uma proposta de emenda à Constituição para criar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep). A ideia era de que o Fundep recebesse 2% da arrecadação dos impostos sobre a renda do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de 3% de arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.



Investir no ensino técnico, em profissionalizante, nas escolas técnicas, nos institutos federais, é fazer, sim, uma revolução silenciosa. Muitos podem duvidar, mas pode ter certeza: essa proposta é que deu margem para sair, ali na frente, o Pronatec.

Temos que ter clareza de que não será com cortes nesse setor que vamos resolver os problemas do nosso País. É preciso, sim, não achar que é gasto; achar que é investimento. Todo dinheiro aplicado na educação, seja ensino técnico ou não, é investimento – não é gasto. Bloquear 30% do orçamento dos institutos federais representa a redução de aproximadamente 900 milhões a menos nos recursos previstos para 2019. Lembro que de 37% a 42% da verba de custeio usada para a manutenção de atividades foi comprometida com o anúncio do corte pelo Governo Federal, feito em 30 de abril.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), meu Estado, o bloqueio foi na ordem de 18,3 milhões dos 61 milhões previstos para este ano. O Reitor Júlio Xandro Heck diz, abro aspas: "Levar a educação federal para as cidades aonde a própria universidade federal, com seus méritos históricos, não foi, talvez seja o principal mérito dos institutos".

Sr. Presidente, tudo passa pela educação.

Na década, a partir de 2003, em que o País teve excelentes números de desenvolvimento econômico e social, houve aumentos substanciais na educação em todos os seus setores.

Os investimentos dobraram entre 2008 e 2013: em termos reais, houve aumento em todos os 12 anos subsequentes, culminando com um investimento – vamos ser precisos aqui – de R\$127,9 bilhões em 2015 e, mais na frente, de R\$137,2 bilhões, em termos reais, porque foi atualizado.

Desse crescimento, destaca-se o aumento, entre 2008 a 2013, quando os valores praticamente dobraram, saltando de R\$66,7 bilhões para R\$126,7 bilhões, já com a correção inflacionária.

A proporção dos valores destinados à educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) também aumentou nesse período.

Entre 2006 e 2013, o número aumentou de 4,9% para 6,9%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Segundo a própria imprensa brasileira, o orçamento para a educação, em 2003, era de R\$18,1 bilhões, pulando para R\$54,2 bilhões, em 2010. Esse salto foi de quase três vezes o valor, em oito anos. Se considerarmos até 2016, o montante atingiu R\$100 bilhões. Enfim, avançamos!

Temos ainda o Prouni, o maior programa de concessão de bolsas para ensino superior no mundo. Até 2015, 2,55 milhões de pessoas tiveram acesso às universidades. E pelo Fies, fundo de financiamento para ensino superior privado já existente, mas reformulado e fortalecido, foram 2,14 milhões os beneficiados.

Nessa mesma década, foi idealizada a reestruturação e a expansão de universidades federais. Processo de expansão sem precedentes na história do Brasil, o Reuni permitiu que a universidade pública chegasse ao interior do País. Em todo o Brasil, graças ao programa, foram criados 173 *campi* universitários e 18 universidades federais. O número de matrícula duplicou, de 2003 para 2014: de 505 mil para 932 mil. O número de professores universitários da rede federal também aumentou, nesse período, de 40,5 mil para 75,2 mil.

Enfim, nas antigas construções, há séculos, a pedra fundamental utilizada era a angular. Por ser a primeira a ser assentada, a mais forte e pulsante, ela definia as linhas entre as paredes, mas apontava o caminho, a base. O início da existência se dava ali.

A educação é a pedra angular de uma nação, o crepúsculo da sociedade, os sinos que batem rumo ao futuro, com ensinamento, o somatório de todo o conhecimento que deságua em oceanos



de sabedoria. Somente a educação liberta, acende o fogo da consciência, derruba os números do conformismo, capacita as mentes e as mãos para a construção de um novo alvorecer. Educação é vida! Educação é felicidade! Educação é cidadania! Educação é liberdade!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o sol da infância que brilha para o mundo, são as crianças com um sorriso nos lábios, os adolescentes e jovens com suas canções libertárias. Por isso é que o povo grita e grita muito forte: "Lugar de criança é na escola!".

A responsabilidade é de todos nós. Não importa se é um Vereador, se é um trabalhador, uma trabalhadora ou se é um Presidente da República ou se é um Congressista. Não seremos uma Nação fazendo um discurso de ódio e de violência, discriminando, não aceitando a diferença e aceitando, infelizmente, trabalho escravo, que é o trabalho infantil.

O belo da vida está também no cruzamento das ideias, na convergência e até nas diferenças para o bem-estar de um todo, do coletivo. O segredo da evolução está justamente no equilíbrio.

Sr. Presidente, só quero que V. Exa....

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nesses dois minutos que tenho, aceite dar como lido o Congresso da Famurs, lá no meu Rio Grande do Sul, que é a Associação dos Municípios do Rio Grande, que fez um belo evento em Bento Gonçalves, ao qual eu fui representado pelo meu assessor parlamentar, que é deficiente visual, mas que enxerga mais que muita gente, Santos Fagundes, que coordena o gabinete lá do Estado há 20 anos.

Obrigado, Santos Fagundes.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Está aqui o resumo do que foi o evento.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... um aparte, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um evento de fato de muita qualidade.

Senador Confúcio Moura, dentro desse meu um minuto, eu concedo a V. Exa....

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque V. Exa. é o que mais explora, eu diria – e quando eu digo explora... –, porque nos dá a alegria nesta tribuna de ouvi-lo falar sobre educação.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Eu fiquei muito satisfeito, Sr. Senador Paulo Paim, com o seu discurso desta tarde...

(Soa a campainha.)

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... fundamentalmente focado no ensino profissional do Instituto Federal de Educação e do Sistema S. O senhor, com muita pesquisa, aprofundamento, conhecimento próprio, da sua própria vida,



destacou a importância do ensino profissional para jovens de 14 a 17 anos, grande massa hoje atormentada e estrangulada por um funil que é o ensino médio.

O aluno vai, vai, chega ao ensino médio e, quando chega lá, entra, matricula-se e desiste. Já no ensino profissional do padrão Ifro, os índices de desistência são muito pequenos, porque esses alunos são muito bem motivados. Existe um leque de profissionalização enorme, e eles saem extremamente preparados. As escolas são boas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Entre os institutos federais do Brasil, cinco institutos, de São Paulo e outras regiões, se destacaram comparativamente no Pisa, na análise do Pisa, como equivalentes aos dos países mais desenvolvidos em educação do mundo, mostrando que são ilhas de excelência, fantásticos.

E o senhor está de parabéns por fazer essa exaltação, nesta tarde, dos institutos federais de educação do Sistema S. Então, cumprimento V. Exa. pela oportunidade do seu discurso histórico nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Senador Alvaro Dias, antes de também dar como lido... Eu iniciei hoje falando da Seleção, que foi campeã da Copa América, e, claro, enalteci muito o Tite, não por ser gaúcho, mas por ser um grande treinador.

Mas eu quero homenagear dois times do Rio Grande do Sul, que são adversários assim... Como diz o outro: até se for para as vias de fato eles vão.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inter e Grêmio. O Inter abriu o Beira Rio para atender os moradores de rua. O Grêmio, em seguida, se somou e as duas torcidas, eu diria, lotaram o espaço do campo do Inter, onde colocaram o material à disposição: o material que eu digo é roupa, colchão, cobertor, colcha, alimentação, para os moradores de rua. Então, Inter e Grêmio deixaram de lado as diferenças. O Brasil precisa tanto disso. Por isso é que esse evento foi e teve uma repercussão nacional e até internacional. Foi quando o amor falou muito mais forte do que o ódio, o carinho, a atenção e a solidariedade de salvar vidas... Um abraço muito forte! Diz o poeta que o mundo cabe num abraço. Eu quero aqui, simbolicamente, dar um abraço no Inter e no Grêmio...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... clubes do meu Rio Grande. E entendo que assim existem tantos outros clubes, no Brasil e no mundo. Paz, paz, paz, amor e não ao ódio!

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF. Para apartear.) – Senador Paulo Paim, quero apenas somar-me, ao que disse V. Exa. O gesto, tanto da torcida do Internacional quanto da torcida do Grêmio, foi importantíssimo, é algo que falta, hoje, não só no futebol, mas na sociedade. Acho que a gente precisa tirar disso uma lição da solidariedade que está faltando no mundo hoje. Acho que as pessoas deveriam se somar para ajudar as outras.



São duas torcidas rivais, como V. Exa. bem colocou, que fizeram um gesto belíssimo que deve ser imitado não apenas no âmbito do futebol, mas também fora do futebol as pessoas precisam ser mais solidárias às outras, no mundo em que a gente vive hoje.

(Soa a campainha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Então, quero parabenizar aquelas pessoas que pensaram nesse gesto, que decidiram fazer isso. Quero parabenizar tanto a torcida do internacional quanto a do Grêmio.

Eu, às vezes, critico as torcidas organizadas do futebol por uma série de atos de violência extremamente reprováveis, mas esse foi um baita gesto que precisa ter o reconhecimento e que precisa ser imitado na própria sociedade. Queria parabenizar V. Exa. por trazer isso aqui, porque foi um gesto realmente muito marcante e importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Reguffe, agradeço muito a V. Exa. e incorpooro, na íntegra.

Penso que, no fundo, o gesto de Inter e Grêmio – o Inter inicia e o Grêmio se soma – foi nesta linha: amor, paz, solidariedade, fraternidade, liberdade e não ao ódio.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

DISCURSOS NA ÍNTegra ENCaminhados PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.4 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim pelo pronunciamento.

A solicitação de V. Exa. será atendida na forma do Regimento.

Nós passamos a palavra ao Senador Acir Gurgacz, como orador inscrito. V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, da Rádio Senado, as pessoas que nos visitam, que estão na galeria, sejam todos e todas bem-vindos à nossa sessão de segunda-feira. Não é um dia de votação, é um dia apenas de pronunciamentos e de falas. Então, sejam todos bem-vindos ao Senado Federal.

O que nos traz hoje aqui, Senador Confúcio, é a questão da nossa energia elétrica. A questão energética está entre os pilares do desenvolvimento de todo o nosso País. Da vila mais remota de um país continental como o Brasil, a todos os lugares e setores da economia, todos precisam de energia para se desenvolver.

No Brasil, temos uma condição favorável em relação a muitos países, uma vez que temos água abundante para gerar uma energia limpa, sem grandes impactos ambientais.

Trazendo essa discussão para o campo da agricultura, a matriz hídrica favorece o Brasil duplamente: temos água em abundância para gerar energia elétrica e também para a irrigação das nossas lavouras. Só que estamos usando de forma limitada essa grande riqueza que temos em nosso País, esse grande diferencial de competitividade – limitada e equivocada. Digo limitada porque ainda aproveitamos pouco o potencial hidrelétrico dos nossos rios e, ainda mais do que



isso, a rede de distribuição elétrica em todo o território nacional está sucateada, com perdas que chegam a 15% ao ano de toda a energia produzida e injetada na rede.

Os prejuízos com as perdas técnicas de energia nas redes em todo o Brasil, segundo a Aneel, chegam a R\$16 bilhões ao ano. Portanto, a modernização das redes de distribuição é uma questão urgente, que, por conta da má gestão, está nos levando a mais um equívoco na política energética brasileira, que é a opção pela privatização do sistema elétrico.

Antes de falar desse grande equívoco, que pode ter um impacto irreversível na nossa economia e na vida de todos os brasileiros, cito aqui um projeto do nosso amigo pedetista, Senador Weverton Rocha, do PDT aqui no Senado, que será analisado nesta semana na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que propõe desconto continuado nas tarifas de energia para a agricultura familiar, que, por sinal, vai contra essa tendência de privatização do sistema elétrico.

Trata-se do PL nº 661, de 2019, que estende para 24 horas por dia o desconto nas tarifas de energia elétrica para o bombeamento de água na irrigação da agricultura familiar. Hoje, os agricultores familiares têm esse desconto num período de somente oito horas e meia, entre as 21h30 às 6h da manhã do dia seguinte. Esse desconto nesse horário noturno não atende os nossos agricultores, na medida em que força programar o seu sistema de irrigação para um período em que ele deveria estar descansando. Ou seja, já não basta o agricultor familiar trabalhar de sol a sol, como de costume, mas, para ter esse direito ao desconto de energia para a irrigação, ele também tem que trabalhar à noite.

Muitos agricultores ou piscicultores de Rondônia até programam os seus sistemas de irrigação ou de areação na água para o período noturno, mas isso, de fato, não representa uma grande economia, na medida em que se tem de pagar adicional noturno para os funcionários que monitoram esse sistema, ou eles mesmos terem que trabalhar um turno adicional.

Eu entendo que o agricultor familiar é justamente a categoria mais dependente da mão de obra da sua família e menos capaz de automatizar sistemas de irrigação ou de produção aquícola, que, no seu caso, são, via de regra, operados manualmente.

Então, concordo plenamente que não devemos obrigar o agricultor familiar e seus familiares a trabalharem à noite ou de madrugada, restringindo o desconto apenas a esses horários. Eles têm que ter o desconto do dia inteiro, ou seja, terem a possibilidade de trabalhar durante o dia para levarem a irrigação à sua produção.

Além disso, como bem coloca o Senador Weverton, em região do Semiárido, como no seu Maranhão e no Nordeste brasileiro, com o solo arenoso e muita evaporação da água, as condições climáticas exigem irrigação mais de uma vez por dia.

Sou Relator dessa matéria na Comissão de Agricultura, onde vou apresentar voto favorável. E também peço o apoio dos nobres Senadores para que a gente possa avançar com esse projeto, dando essa condição para que o agricultor familiar, Senador Rogério, possa ter a condição de trabalhar durante o dia com esse desconto, não apenas das 21h30 às 6h da manhã. Já trabalha o dia todo e agora tem que ficar à noite para utilizar esse sistema de irrigação apenas para ter o desconto? É importante levar esse desconto para as 24 horas do dia.

Faço isso, porque entendo que energia, além de fundamental para o desenvolvimento da nossa economia, cumpre uma função social importante e, por isso, tem que ser mais barata para os menos favorecidos, para as famílias de baixa renda e para os agricultores familiares.



É por conta disso que sou contra a privatização do sistema elétrico brasileiro. Podem até dizer que não adianta chorar pelo leite derramado, uma vez que a política do Governo é mesmo privatizar o sistema elétrico, mas tenho que chamar a atenção para o que já estamos enfrentando no nosso Estado de Rondônia, onde a nossa Ceron/Eletrobras Rondônia foi privatizada e hoje se chama Energisa. E a Energisa foi a empresa que assumiu as rédeas da Eletrobras Rondônia e está reiteradamente abusando da liberdade econômica, da qual passou a usufruir no pós-contrato, ultrapassando ainda todos os limites razoáveis em termos de operacionalização, incluindo os estipulados por lei.

Esta semana, por exemplo, uma manchete específica ganhou os noticiários regionais pelo tamanho do desrespeito flagrado pelo empreendimento. Um casal de idosos de Ji-Paraná, Senador Confúcio, que recém havia regressado da cidade após velar o próprio filho em Porto Velho, deparou-se com o lar totalmente apagado. A energia fora cortada por falta de pagamento, o que em quase todos os contextos seria medida amparada pelo ordenamento jurídico, exceto por um gigantesco empecilho: o corte ocorreu de maneira ilegal. A Energisa atropelou a Lei nº 1.783, de 2007. E o que ela diz: "As empresas de concessão de serviço público de água e energia ficam proibidas de cortarem o fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de suas respectivas contas sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e também no último dia anterior a feriado". Para piorar o dissabor da família, os funcionários da empresa retiraram o relógio do padrão de energia da residência e removeram também os fios de condução que o conectava ao poste.

Além disso, além desse atropelamento à lei vigente, há também a questão sobre os sucessivos reajustes.

Depois da batalha iniciada no começo do ano, quando ocorreu um aumento de 27%, a bancada federal se reuniu, todos nós nos reunimos e conseguimos um desconto, vamos dizer assim, Senador Rogério, irrelevante de 7%, porque, no edital de privatização, já previa autorização de um aumento de até 32% após essa empresa ter assumido a nossa Ceron, de Rondônia. Mesmo assim, nós, todos os Deputados e Senadores, conseguimos, com muita luta, apenas 7% de desconto, mas eu entendo que é irrisório, mas também foi temporário. Agora, já estão avisando que vão retornar com o preço da energia anteriormente, ou seja, é um novo reajuste da energia elétrica no Estado de Rondônia.

Sexta-feira, tivemos uma audiência pública em Porto Velho para garantir pelo menos que se mantenha esse desconto de 7% na energia em Rondônia, para que não haja esse aumento novamente. Entendo que não há como retroceder ou chorar sobre o leite derramado. Não podemos permitir abusos como esses. A nossa Ceron já foi privatizada, não há o que fazer. Mas é importante tomarmos isso como exemplo para acompanharmos os processos futuros com relação à privatização.

Eu entendo que é um problema sério, e energia elétrica é um direito de todos. Eu entendo que é importante não só para os moradores, para os agricultores, para a produção industrial e o comércio, mas temos que ter uma energia elétrica compatível com a condição do nosso assalariado.

Senador Confúcio Moura, com prazer, ouço V. Exa.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Senador Acir, o seu discurso é conveniente. Primeiro, o senhor aborda o tema do fator social da energia, principalmente para os pequenos agricultores, familiares e pequenos empresários



de baixa renda, que precisam gozar desse estímulo da tarifa econômica, que passa a vigorar a partir das 21h às 6h da manhã. Isso é muito difícil mesmo. E há uma dificuldade: a burocrática. As pessoas têm uma dificuldade imensa de ter acesso a essas empresas para ter o direito assegurado, que é a tarifa econômica social. Isso é fundamental.

Inclusive, no Paraná, no Governo do Requião – eu não lembro se foi o do Requião ou de outro –, criou-se a tarifa zero, isto é, o Governo pagava essa tarifa de energia do agricultor familiar para estimular a produção, para o crescimento do agricultor familiar. Isso é indispensável para que ele possa incorporar equipamentos novos, simples, singelos, baratos na sua produtividade.

Então, se a gente quiser melhorar, de fato, a renda do pequeno agricultor familiar, a gente tem que disponibilizar, facilmente, e sem grande burocracia, a tarifa social para todos eles. Aí, sim, ele consegue um pequeno financiamento do Pronaf e outros itens para adquirir esses equipamentos e tornar a sua atividade mais leve. O agricultor trabalha muito no pesado e precisa, então, aliviar um pouco essa capacidade de força, o desgaste físico do trabalho com a enxada, com o machado, com a picareta, enfim, com tudo isso que ele hoje ainda usa em muitos lugares.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura. V. Exa. conhece muito bem os agricultores de Rondônia, principalmente da agricultura familiar. No seu Governo, V. Exa. criou e fez grandes programas para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Muito obrigado pelo aparte.

Com prazer, ouço o Senador Rogério.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Quero cumprimentar o Presidente Alvaro Dias e cumprimentar o Senador Acir Gurgacz e parabenizá-lo por trazer um tema de tamanha relevância. A gente sabe que, nas segundas-feiras, a sessão é dedicada a esses pronunciamentos que têm uma importância grande. A gente não dá o valor devido a ela, mas a gente está falando para o Brasil inteiro e está produzindo uma compreensão do que acontece com o Brasil, porque a gente conhece o nosso pequeno pedaço, onde a gente vive, o nosso entorno, e este Plenário, num dia como hoje, permite que a gente conheça e se identifique com problemas que ocorrem no Brasil inteiro.

A empresa que hoje é concessionária de energia do seu Estado é a mesma do meu, e nós vivemos, nos últimos tempos, uma série de incidentes por falta de manutenção, com mortes decorrentes da não manutenção dada à rede elétrica. Então, pessoas morreram, e não foi uma ou duas, mas algumas famílias foram dizimadas por conta dos fios que não foram substituídos, da manutenção que não foi feita, que não foi realizada.

É óbvio que eu estou dando um exemplo do que podemos ter quando se busca a maximização do lucro, quando as pessoas querem tirar o máximo de lucro de uma atividade econômica que tem um papel social de grande relevância. A gente viu Brumadinho, a gente viu a Vale buscando obter o máximo de lucro à custa de centenas de vida numa e de outra centena de vidas na outra, e assim nós estamos vendendo o Brasil entregando parte da sua capacidade estratégica de mobilizar a economia.

Pensemos no seguinte: um país com as dimensões do nosso, continental, que tem aquilo de que ninguém, às vezes, se dá conta, que é uma das maiores redes de distribuição e um dos sistemas elétricos de maior integração no mundo... O nosso sistema elétrico tem integração do



Norte ao Sul. A energia produzida no Sul é consumida no Norte, a produzida no Norte é consumida no Sul, e isso é uma joia, e, de repente, agora, ela não pode estar sob o comando do Estado, precisa ser vendida, e isso é, no meu modo de ver, algo que precisa ser investigado. Vai ser vendida por quê? Para quê? Com que objetivo? Se nos custou, se foi cobrada dos brasileiros, na conta de energia, essa implantação.

E agora a gente vende. E quem compra vai botar no custo a amortização do investimento feito na compra da concessão e, é lógico, é óbvio, como o senhor disse, autorizado 32% de aumento na conta de energia. Para que isso? Enquanto a gente precisa baratear a energia... Estão aí os agricultores, os pequenos agricultores, produtores rurais, que é quem hoje garante o crescimento, mínimo crescimento econômico, a pujança da nossa economia, que são os produtores rurais tendo que se submeter a esse tipo de humilhação, porque eu diria que é uma humilhação você ter que trabalhar à noite para ter algum benefício, que é fundamental para o desenvolvimento do setor.

Então, eu queria parabenizá-lo por trazer um tema da mais alta relevância e mostrar para o Brasil que nós precisamos enfrentar determinadas questões. E este é o lugar para a gente fazer esse debate. Espero que a gente consiga evitar que determinadas iniciativas, contra a economia popular do Brasil e contra os brasileiros, sejam aprovadas nesta Casa e na nossa Casa irmã aqui, a Câmara dos Deputados.

Parabéns, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rogério, de fato, é uma coisa estranha quando você faz uma venda e autoriza um aumento de até 32%, que vai ser incorporado ao longo do resto da vida para as contas da população do nosso Estado de Rondônia.

Isso me parece mais um empréstimo que se faz: pega um empréstimo, depois acumula o dinheiro na conta de energia e vai ser pago nos próximos 20, 30 anos. Infelizmente é o que aconteceu em Rondônia. Espero que a gente possa segurar e não deixar que outras coisas aconteçam em outros Estados. E fica aqui o nosso apelo para a Aneel: não autorizem esse novo aumento de 7% para a energia do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Agradecemos ao Senador Acir Gurgacz, cumprimentamos pelo oportuno pronunciamento e concedemos a palavra ao Senador Confúcio Moura, do MDB, de Rondônia.

V. Exa. dispõe de 20 minutos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, o Senador Acir de lá de Rondônia e o Confúcio de cá de Rondônia, parece um debate entre rondonienses e roiramense, e está também aguardando o sergipano que está ali. (*Risos.*)

Maravilhoso.

Sr. Presidente, eu vou na esteira do Senador Paim hoje, num discurso sobre a educação.

Eu estou fazendo um levantamento, um estudo histórico, e esse é meu último discurso da série. A série da Netflix, não é? Então, eu estudei desde Pedro Alves Cabral, parei agora no período militar e eu vou terminar essa série de análise histórica da educação do período militar até hoje para a gente fazer um comentário, uma análise para depois a gente tomar as providências necessárias e já com muito argumento dos motivos porque a educação brasileira não conseguiu deslanchar em todas as fases da história.



Então, chegamos, Sr. Presidente, ao último dos nossos discursos sobre o estado da educação brasileira.

Avaliei que seria adequado realizar uma jornada pela nossa história, no momento em que nos aproximamos dos nossos 200 anos como Nação independente. Olhando para o passado, pode-se constatar que há certos elementos que impedem que nosso País, a despeito de todas as suas potencialidades, dê os passos decisivos para se incluir no rol das nações desenvolvidas.

O principal desses entraves diz respeito ao histórico atraso da educação brasileira. Tenho a mais absoluta convicção de que a educação é, dentre todos, o fator mais fundamental para o desenvolvimento de uma nação e, sem dúvida, deve ocupar lugar central na agenda nacional.

Lamentavelmente, a nossa história mostra um perturbador traço de continuidade em relação à educação, durante todos os anos como Nação independente. A continuidade é: a exclusão e a profunda e permanente desigualdade. De um lado, algumas pequenas ilhas de qualidade, comparáveis ao melhor que se pode encontrar em países desenvolvidos. De outro lado, imensos oceanos, em que a grande maioria da população ou não tem acesso ou encontra uma escola de nível abaixo do desejado. Em suma, a nossa história educacional pode muito bem ser caracterizada como uma escola para poucos ou, então, uma escola de qualidade para menos gente ainda.

É verdade que, em vários momentos da nossa vida nacional, como vimos ao longo dos discursos anteriores, houve movimentos entusiasmados em prol da educação. Os efeitos, porém, foram sempre limitados. Houve avanços, é verdade, e muitos professores e educadores merecem ser louvados pelos esforços, mas diversos problemas ainda permanecem.

Atentando-se para o período mais recente dos 33 anos desde o fim do regime militar, podemos observar pelo menos dois momentos particulares: o primeiro vai da Constituição de 1988 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996; o segundo período se inicia no ciclo dos novos esforços feitos a partir da promulgação da LDB, que em diversas ações do Executivo, em níveis federal, estadual e municipais, andaram ao lado de muitas propostas legislativas.

Além disso, creio que é também momento em que devemos fazer um balanço da situação presente e, por fim, lançar um olhar para o futuro.

Pois bem, ao tratar do período que vai da Constituição Federal de 1988 até a LDB de 1996, é preciso olhar um pouco mais para trás. A longa transição para a democracia, iniciada com a distensão política, se mostrou um caminho lento, gradual, controlado e cheio de frustrações. Dentre os principais passos, podemos recordar o pacote de abril de 1977; a anistia política de 1979; a nova Lei dos Partidos Políticos de 1979 também; a eleição direta para Governadores de 1982; a frustrada campanha pelas eleições diretas para Presidente da República de 1984; a eleição direta para Prefeitos de capitais de 1985; a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988; a nova Constituição em 1988; e, por fim, as eleições diretas para Presidente da República em 1989.

Em todas essas etapas, muito provavelmente o que deixou o País cheio de esperança em relação ao futuro foi o processo de elaboração de uma nova Constituição. A ideia de uma assembleia constituinte remonta ainda aos fins da década de 70. Foi ganhando, pouco a pouco, energia e movimento, até se tornar parte dos compromissos do candidato de oposição à Presidência da República Tancredo Neves, do meu partido, o MDB.

A ânsia por uma nova Constituição era embalada pelo entendimento de que uma sociedade democrática necessitava de um pacto político feito sobre novas bases. Nas mais diversas áreas, grupos políticos e entidades se organizaram para apresentar suas demandas.



O Prof. Nelson Piletti, em artigo publicado no livro *O Brasil no Contexto – 1987-2017*, no qual nos apoaremos nos trechos a seguir, observou que, no campo da educação, foi notável a ação do Fórum da Educação na Constituinte, que reuniu diversas organizações da sociedade civil.

Em 2 de abril de 1987, o fórum divulgou seu manifesto à Nação, defendendo:

- a) a educação como direito de todo cidadão brasileiro;
- b) vinculação constitucional de verbas para a educação;
- c) democratização da escola em todos os níveis, quanto ao acesso;
- d) verbas públicas somente para escolas públicas.

Dos pontos elencados pelo Fórum da Educação, apenas o último, "verbas públicas somente para escolas públicas", que limitava essas verbas para os privados, não foi encampado pelos Constituintes.

O texto final da Constituição expressou as grandes expectativas que havia na época. Ao se falar, por exemplo, de objetivos educacionais, foram incluídos a família e a sociedade como corresponsáveis ao lado do Estado.

Em relação aos princípios, o destaque da inclusão da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais de ensino, a garantia do padrão de qualidade e a gestão democrática do ensino público foram importantes, e ainda a previsão do art. 208, da possibilidade de responsabilizar a autoridade competente em caso de não oferecimento ou de oferta irregular de ensino obrigatório.

Por outro lado, alguns comandos constitucionais atinentes à educação demoraram a sair do papel. Foi o caso, por exemplo, do Plano Nacional de Educação, previsto no art. 214 da Constituição: a sua primeira edição aconteceu apenas em 2001, com vigência por dez anos, até 2011, com objetivos ambiciosos, como erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhora na qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística e científica em nosso País. Foram 294 metas, cujas concretização e avaliação de resultados se mostraram mais complexas do que o imaginado.

Outro sinal dos elementos complicados no debate educacional se deu em relação à elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em substituição àquela de 1971, promulgada durante o regime autoritário. O projeto apresentado por um Deputado Federal ainda em 1988 só foi lograr aprovação em dezembro de 1996, oito anos depois.

Tivemos uma lei que, mais uma vez, se mostrou bastante ambiciosa ao defender a gestão democrática, a autonomia e a flexibilidade na organização escolar da educação básica. E o Prof. Nelson Piletti observou, por fim, que "são princípios que apontam para novos rumos, no sentido da descentralização e da liberdade dos sistemas para articular o ensino de acordo com as peculiaridades locais e as características e necessidades das escolas e de alunos".

Um balanço que podemos fazer é que o País, em verdade, vem avançando na educação. A velocidade, porém, é bastante lenta, e há razões suficientes para essa exasperação.

No último dia 19 de junho, o jornal *O Globo* divulgou dados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), levados a cabo pelo IBGE. Os dados são simplesmente estarrecedores. Em primeiro lugar – olhem bem este número –, 52,6% das pessoas com mais de 25 anos no Brasil, ou seja, 70 milhões de indivíduos não completaram a educação básica – 70 milhões de brasileiros não completaram a educação básica, não se formaram no ensino médio. Além disso, 40% da população brasileira com mais de 25 anos sequer concluiu o ensino fundamental – 40 milhões de brasileiros não concluíram o ensino fundamental, ou seja, 53 milhões de pessoas.



Também o analfabetismo é escabroso. A meta do Plano Nacional para 2015 seria de 6,5% de analfabetos com mais de 15 anos. No entanto, a Pnad Contínua da educação 2018 informava um percentual que era de 6,8% e com enormes disparidades regionais: no Nordeste, 13,9%, enquanto no Sul, 3,6%, e no Sudeste, 3,5%.

Todavia, é importante assinalar que esses números talvez sejam ainda piores. O Instituto Paulo Montenegro produz periodicamente o relatório "Indicador do Alfabetismo Funcional". Os dados relativos ao analfabetismo funcional, dados relativos a 2018, são preocupantes. Esse indicador divide o analfabetismo em cinco categorias – o analfabeto pode ser de cinco categorias. A primeira é o analfabeto mesmo; a segunda é o rudimentar; a terceira é o elementar; a quarta é o intermediário; e a quinta, o proficiente. Então, há quatro categorias de analfabeto, cada uma indicando um domínio progressivamente maior da leitura, da escrita, das operações matemáticas. Pois bem, os dois níveis mais baixos – o analfabeto e o rudimentar – compõem o que o instituto qualifica como analfabeto funcional, ou seja, incapacidade ou enorme dificuldade em reconhecer, por exemplo, informações de um cartaz, entender um bilhete simples ou ainda realizar operações matemáticas básicas.

Há, na verdade, uma redução histórica consistente no percentual de analfabetos funcionais ao longo deste século. Em 2001, nós tínhamos 39% da população analfabeta – em 2001 –, enquanto, em 2009, esse percentual caiu para 27%. No entanto, desse ano até 2018, o percentual de analfabeto funcional permaneceu estável, conforme a última pesquisa, e apresentou um leve aumento, passando a ser de 29%.

Aqui a gente compara... Houve um avanço, sim, Senador Rogério. No ano de 1900, nós tínhamos 65% de analfabetos no Brasil. Em 1920, continuamos com 65% de analfabetos no Brasil. No início da década de 1950, 55% de analfabetos no Brasil. E vem caindo esse número, e agora nós estamos com 29%, grosso modo, e havendo regiões... Aliás, desse ano até 2018, passou a ser de 29%. Este ano, caiu um pouco mais.

Além disso, a última pesquisa "Retratos da Leitura", realizada em 2015, apontou que 44% da população brasileira não leem, algo em torno de 50 milhões ou de 60 milhões de brasileiros não leem; e 30% nunca compraram um livro, nunca compraram um livro. Mesmo entre aqueles que se dizem leitores, o índice é baixo. O brasileiro, segundo a estatística, lê quase 5 livros por ano, sendo que 0,94 é indicado pela escola; 3% leem só um pouquinho, umas duas páginas: passam três, quatro páginas, fecham o livro, e acabou. Então, não leram o livro, sendo que, desses, a maioria não terminou o livro.

Por fim, em relação ao Pisa, que é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o sistema de avaliação é uma referência mundial de desempenho dos estudantes brasileiros e, salvo exceções – exceções! –, é desalentador. Segundo dados da revista *Exame*, publicados em novembro do ano passado, no último Pisa, de 2016, o Brasil apareceu entre os dez últimos do ranking mundial. De 70 nações avaliadas, o País ficou em 63º lugar em Ciências, Matemática e Língua Portuguesa. Por aí vocês observam...

E o que podemos, caros Senadores e Senadoras, povo brasileiro, fazer para o futuro? O que podemos fazer para o futuro? Aí está a grande indagação sobre o que nós vamos começar a trabalhar de agora para frente. Fizemos a história. Vimos tudo como é que foi, o que funcionou. Agora é a prática: o que nós vamos fazer de agora em diante.

O psiquiatra Daniel Barros, autor do livro *País mal educado*, bem definiu, em um artigo publicado em site da revista *Exame*, o seguinte:



Existe crise no Brasil [que é] estrutural, histórica e limita o nosso potencial [...] a crise da aprendizagem. Precisamos parar de falar em educação de forma genérica e ir para os pontos que mais importam. O problema do Brasil é que as crianças e os adolescentes vão à escola e aprendem muito pouco. Nosso sistema educacional falha no que deveria ser uma missão principal: ensinar.

No mesmo artigo, o autor vai ao cerne da questão para observar que há estudos, como o do Prof. Eric Hanushek, da Universidade de Stanford, que apontam o fator mais relevante dentro da escola para a melhoria do aprendizado, que é a habilidade do professor. Esse é o ponto comum entre os países com cultura e história tão diversas, como a Coreia do Sul, Finlândia, Singapura e tantos outros. Tais países aumentaram os incentivos para aqueles que queriam ingressar na carreira de professor ao oferecer salários mais altos, melhores condições profissionais, formação mais prática e voltada para o trabalho dentro da sala de aula.

É importante, ainda, observar o desprestígio social do professor. O "Índice global de *status* dos professores", no mundo, em 2018, avalia o modo como as pessoas veem o professor. De acordo com a revista *Exame*, esse levantamento trouxe a informação de que os brasileiros avaliam que a percepção é de falta de respeito dos alunos, salários insuficientes e de uma carreira pouco segura para os jovens. Entre 35 países, o Brasil é o que menos prestigia o professor no mundo. E para aonde vamos?

Srs. Senadores, acho que o meu tempo está chegando ao final...

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria pedir um aparte?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Primeiro, quero parabenizá-lo por essa dedicação, Senador Confúcio, de trazer sistematicamente o debate da educação para o Plenário do Senado e para o Brasil.

Sou professor universitário. Vejo a carreira dos Advogados-Gerais da União, da Advocacia-Geral da União... Então, um advogado, na minha universidade...

(Soa a campainha.)

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... ganha o dobro ou o triplo do que ganha um professor, com 40 horas. Se o professor tiver dedicação exclusiva vai ganhar, no máximo, metade do que ganha um advogado, na mesma universidade. Ou seja, a atividade-meio tem mais importância do que a atividade fim. Sem contar que nós temos um grande desafio, que é definir... Se nos perguntarmos qual é a escola ideal... Se não tivermos clareza de como deve ser a escola, de qual o tamanho dessa escola, de o que essa escola deve oferecer, de qual o método pedagógico deve adotar, de qual o tipo de treinamento que está programado para que o professor, anualmente, esteja participando da educação continuada...

(Soa a campainha.)

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... nós não podemos falar em educação, em ensino de qualidade, nós não podemos falar daquilo que é mais importante na educação.



A educação é a oportunidade de transferência de linguagem. O senhor, como médico, e eu, como médico, sabemos que a primeira linguagem que incorporamos é a falada, depois é a escrita e depois uma centena de linguagens que vamos incorporando ao longo da vida, o que nos torna cada vez mais incluídos, capazes de compreender o mundo, de interagir com o mundo. E o que nós estamos vendo? As nossas escolas são incapazes de aportar linguagens que mudem a vida da nossa juventude e, de uma maneira geral, da nossa população, que fica restrita, sem compreender o mundo, sem compreender as relações. Simplesmente, poderíamos dizer que estão desconectadas de um universo, de um mundo cada vez mais globalizado.

Portanto, a preocupação que o senhor traz é sempre muito relevante. Os dados que o senhor traz são estarrecedores e requerem, da gente, uma compreensão e uma mudança de postura, como Parlamentares, para definirmos de vez qual é a escola que a gente quer, qual é a metodologia que a gente defende.

O Brasil não tem mais a taxa de natalidade que tinha, o que reduz o número de crianças. Assim, vamos investir na qualidade das escolas, de escolas que possam aportar outras linguagens: da cultura... Porque, vejam, ninguém tem noção do que é um aluno incorporar a linguagem da música, uma linguagem universal, assim como incorporar uma língua estrangeira, que também é uma outra forma de linguagem. O esporte não é para ficar bonito, saudável, o esporte é uma linguagem como tantas outras linguagens que devem ser aportadas no processo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de ensino-aprendizagem e que nós negligenciamos, dizendo que isso é insignificante, que a pessoa tem que aprender Matemática... Tudo bem, Matemática é uma linguagem, como Português é uma linguagem, mas existem outras linguagens que fazem, de fato, uma pessoa se incluir e se relacionar com o mundo, com o universo.

Parabéns, Senador Confúcio Moura, por mais essa manifestação dessa série que o senhor vem fazendo com muita competência.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Eu peço ao Sr. Presidente só... Ah, eu já tenho mais dois minutos para fazer o fechamento.

Eu quero agradecer à Consultoria Legislativa, que fez esses estudos históricos para mim, muito bem redigidos, e quero aqui concluir o meu pronunciamento, o último dessa série, voltando à educação básica.

O caminho, pelo menos em parte considerável, diz respeito à melhoria da qualidade dos professores, que é o elemento básico da escola. Melhorar o incentivo àqueles que desejam ser professores. Certamente, o item salário é importante, mas só isso não basta. É preciso também tornar a profissão socialmente mais respeitada. Assim, agressões a professores devem ser punidas com rigor absoluto, além da promoção do desempenho, que é algo a se pensar. É preciso focalizar o treinamento, que deve ser fundado essencialmente na prática em sala de aula. O professor deve aprender a ensinar, a sua formação deve ser feita em torno desta ideia: dentro da sala de aula.

Assim, Sr. Presidente, leio o último parágrafo.

O objetivo mínimo – mas não o único e sequer o final – ainda é aquele anunciado pelo Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos no Império, um dos pais fundadores do Brasil...

(Soa a campainha.)



O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... em sua "Carta aos Senhores Eletores da Província de Minas Gerais" – e Bernardo de Vasconcelos falou isso 190 anos atrás –: "Ler, escrever, contar e a gramática da língua pátria devem ser os primeiros estudos de todos os membros de uma nação; esta aplicação é a mais essencial". Nunca vi uma coisa tão atual. Isso há 190 anos atrás e, falando hoje, é a mesma coisa.

Repto só o final: "Ler, escrever, contar e a gramática da língua pátria devem ser os primeiros estudos de todos os membros de uma nação; esta aplicação é a mais essencial".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Confúcio Moura, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu quero, primeiramente, parabenizar V. Exa. pela série de discursos que tem feito dessa tribuna, com muita responsabilidade, chamando naturalmente esta Casa, Senador Confúcio Moura, para uma reflexão.

Assim, Senador Confúcio Moura, quero saudá-lo em nome do Senado, em nome do povo de Rondônia, os rondonienses, que fazem parte daquele nosso norte, que precisa... O Brasil precisa entender que são entes federativos da maior importância para o crescimento e o desenvolvimento do nosso País.

Mas, nesse sentido, eu também quero aqui aproveitar e registrar a presença da Sra. Keila Trad, esposa do Senador Nelsinho, que nos honra com a sua presença aqui. Tenho certeza de que você foi muito importante na construção política desse médico. Aqui são três médicos, olha que coisa boa! Aqui a gente pode passar mal toda hora – pode passar mal toda hora! (Risos.)

Então, ele, que foi um excelente Prefeito, aqui um grande Parlamentar, uma pessoa por quem a gente aprendeu rapidamente a ter carinho e respeito. Eu e ele, principalmente porque somos do mesmo partido, do PTB, começamos uma relação muito rápida – em função, exatamente, da questão partidária. O Nelsinho é uma pessoa que a cada dia conquista o nosso carinho, o nosso respeito, a nossa admiração, por ser uma pessoa autêntica, uma pessoa leal e ainda é testemunha dos meus votos, que eu não vou aqui falar publicamente.

Mas também a Dona Keila não está sozinha. Ali está a Sra. Eva com ela também, sua amiga. É uma honra tê-las aqui. Vocês não sabem quanto esta Casa fica feliz em tê-las aqui, na nossa galeria, prestigiando este momento tão importante para o Brasil, este processo político brasileiro.

Mas, dando continuidade ao nosso trabalho, mais um Parlamentar médico por quem eu tenho um carinho enorme, por esse sergipano, nosso Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Obrigado, Senador Telmário, Presidente, agora, aqui, passando a Presidência para o Dr. Confúcio Moura, Senador da República pelo Estado de Rondônia.

Hoje nós completamos 194 anos de história do Estado de Sergipe. Hoje se comemora a emancipação do nosso Estado, Estado que é o menor na dimensão territorial, mas que tem um grande patrimônio cultural, grandes belezas naturais. E eu não podia deixar de citar alguns grandes nomes da nossa cultura, das nossas artes plásticas, como Álvaro Santos, J. Inácio, José Fernandes, o Beto Pezão, a Dona Judite Melo, o Jenner Augusto, grande pintor sergipano, Ismael Pereira e tantos outros, que fazem das nossas artes plásticas uma referência de beleza e de precisão artística.



Assim como não poderia deixar de citar grandes sergipanos que deram uma contribuição para a formação cultural do Brasil, como o famoso Tobias Barreto, que foi filósofo, professor da Faculdade de Direito de Pernambuco, um políglota, um homem que teve uma importância muito grande na conformação do pensamento do povo brasileiro; o próprio Laudelino Freire; Sílvio Romero; são grandes homens que nos orgulham a todos os sergipanos.

Assim como as nossas grandes belezas, como a Praia de Atalaia, a de Atalaia nova, as nossas fozes do Rio São Francisco, a foz do Rio Vaza-Barris, a foz do Rio Sergipe, que são belíssimas conformações que nos dão a condição de a capital sergipana ser um dos lugares onde se come o melhor caranguejo do Brasil... Então, eu queria parabenizar os meus conterrâneos e parabenizar o Estado de Sergipe pelos seus 194 anos.

E não poderia deixar de falar de um tema, no dia de hoje, que é de grande importância para o Brasil e para o Estado de Sergipe, que é a indústria do petróleo e gás, para a nossa população e para o nosso desenvolvimento econômico. Eu perguntaria hoje: quais são...

Antes disso, eu queria também, Presidente Confúcio, parabenizar a seleção brasileira, vencedora da Copa América e, em especial, o Daniel Alves, pela sua serenidade no exercício, o amor com que ele exerce a função de jogador, a seriedade com que ele exerce a função de jogador, o compromisso e o quanto ele consegue mostrar que aquela camisa que ele veste é mais do que um uniforme de um time de futebol. Ali ele incorpora toda a responsabilidade de representar o País e de representar todos os brasileiros em campo. Então, em nome de Daniel Alves, eu quero cumprimentar todos os jogadores, esse que, na minha opinião, foi o grande mestre em campo da seleção brasileira, juntamente com Tite, que comandou essa equipe, mas, em campo, estava ali um grande brasileiro, que é o Daniel Alves. Meus parabéns, Daniel Alves, pelo trabalho que você fez e que faz à frente da seleção brasileira.

Passadas aqui as comemorações, nós temos o desafio de discutir alguns temas. E eu queria trazer hoje aqui um tema da maior relevância, que é a questão do petróleo no nosso País. Eu faço a pergunta: quais são as consequências de a Petrobras, estatal, com a participação estratégica em todo o Brasil, proprietária, operadora de oleodutos, gasodutos, terminais, refinarias, fábricas de fertilizantes, unidades petroquímicas, ser desintegrada a partir de privatizações na área de abastecimento, atividade de utilidade pública, nos termos da Lei 9.847, de 1999? As consequências são drásticas. Abrir mão de um patrimônio de suma importância para a soberania nacional, visto que é o mais estratégico setor da nossa economia, é iniciar um processo de destruição do País.

A Petrobras tem uma capacidade de dinamizar a economia nacional, de produzir um efeito multiplicador que nenhuma outra empresa tem, seja estatal ou privada. Associada ao processo de substituição de importações, a empresa foi o eixo impulsor do desenvolvimento industrial brasileiro. Hoje, no momento de desindustrialização que estamos vivendo, a Petrobras é imprescindível.

Esse esquartejamento da Petrobras nada mais é do que um processo de reprimarização da nossa economia, é abrir mão da agregação de valor aos nossos produtos nacionais. Nós nos tornaremos ainda mais dependentes do produto refinado no exterior enquanto exportamos óleo cru. Além disso, a privatização da Petrobras pode nos levar à escassez de suprimentos e, ao contrário do que se pensa, ao aumento do preço dos derivados.

Ora, senhoras e senhores, nós sabemos que uma empresa, quando faz um investimento, coloca na conta a amortização dos seus investimentos.



Há pouco, estava aqui o Senador Acir Gurgacz falando da privatização da companhia elétrica lá de Rondônia, que era estatal, e na privatização já havia um aumento de 32% na conta de energia elétrica a ser repassado ao consumidor.

Não estou conseguindo entender. Desculpe, aqui fazendo a correção, são 199 anos de Sergipe.

Um aumento de 32% no preço da energia elétrica. Por quê? Porque quem comprou a companhia elétrica vai fazer a amortização do investimento feito.

Nós temos hoje nossas refinarias, e não há nada de mais em a Shell, a Chevron, a estatal britânica ou qualquer outra empresa petrolífera do mundo querer investir no nosso Território – elas seriam bem-vindas –, mas não comprar as refinarias que hoje são de propriedade da Petrobras, cujo investimento, na sua grande maioria, já foi amortizado e, portanto, não precisa ir para o custo de produção de combustível.

Ao vendermos essas refinarias, eu pergunto: essas empresas que comprarem vão fazer o que com o custo da aquisição? Esse custo é um custo que vai ser repassado para o consumidor brasileiro, aumentando o preço da gasolina, do óleo diesel, do querosene de aviação e de todos os derivados que saem dessa indústria.

Esse esquartejamento da Petrobras nada mais é do que um processo de voltar a nos transformar em meros exportadores de petróleo cru e importadores de derivados. As nossas refinarias estão trabalhando com 70% da sua capacidade, e nós estamos importando gasolina e óleo diesel podendo refinar no Brasil. Por que nós estamos fazendo isso? Para beneficiar a quem? E agora a venda dessas refinarias vai beneficiar a quem? É o que eu pergunto ao Tribunal de Contas da União, é o que eu pergunto ao Ministério Público Federal, que investigaram a compra de Pasadena. E eu quero saber se eles vão ter o mesmo rigor para investigar a venda desse patrimônio público que nos dá a condição de sermos uma empresa com presença em todos os setores da cadeia produtiva de petróleo e gás.

Não sei se os senhores sabem, os brasileiros e as brasileiras que estão nos ouvindo, Senadores e Senadoras que estão nos ouvindo dos seus gabinetes e que vão nos ouvir em algum momento, que uma empresa petrolífera, para que ela seja competitiva e capaz de enfrentar a guerra com as demais empresas do setor, precisa ter presença em todas as áreas, desde a exploração e produção do petróleo cru, do refino que é a indústria, do transporte desse petróleo, da petroquímica, ou seja, ela tem que estar presente em todos os setores da atividade.

E o que é que estão fazendo de forma criminosa com a Petrobras? Estão tentando vender as nossas refinarias, tentando vender as empresas que transportam óleo e gás, tentando vender tudo aquilo que compõe a Petrobras e que dá a ela essa integridade. Eu diria que isso não é uma estratégia de mercado e, sim, uma estratégia criminosa de transferência de patrimônio público e de diminuição da capacidade dessa empresa de ser a maior empresa do Brasil e de voltar a ser uma das maiores empresas petrolíferas do mundo porque nós temos aqui o pré-sal, nós temos aqui uma das maiores reservas petrolíferas do mundo e precisamos ter uma empresa estatal forte, com presença em todos os setores, e o que nós estamos vendo é a tentativa orquestrada de desmonte sob a forma de dizer que vai atrair investimento.

Nós não precisamos vender o que temos. Que venha a Chevron, que venha a Shell, que venham todas as petrolíferas do mundo construírem refinarias para que a gente possa voltar a industrializar o nosso País, para que a gente deixe de importar derivados de petróleo de outras partes do mundo e que a gente pare de importar o nosso petróleo cru para outros países.



Então, diante desse quadro, eu quero só mostrar aqui alguns dados para quem está nos ouvindo.

Nos últimos anos, a Petrobras vem adotando uma política de preços extremamente maléfica para a economia. O preço das refinarias acompanha as oscilações de preço internacionais, incluindo variação do câmbio e do custo logístico. A mudança na frequência do reajuste foi acelerada, chegando a ser diária. Há uma subutilização das refinarias da Petrobras. Entre 2015 e 2018, o fator de uso das refinarias cai de 100% para 70%, abrindo o mercado para as importações de derivados.

As consequências dessas políticas são: maior dependência de importações, aumentou quase 180 mil barris/dia de importação de derivados; os preços dos refinados produzidos pela Petrobras ficaram atrelados às mudanças do preço internacional do petróleo, ou seja, o preço dos combustíveis no Brasil ficou refém da mudança do preço do petróleo, tornando-se mais volátil e mais caro. A quem interessa essa política ou esse crime que eu já denunciei e quero reafirmar como um crime contra a economia popular, contra o País e que precisa ser investigado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União?

Vender a Petrobras em partes é destruir a Petrobras. Nós sabemos, Presidente Nelsinho, que, diferentemente da Argentina, o Brasil é um país em que, com as suas estatais, em momentos de crise, através de um investimento, essas empresas conseguem alavancar, nós conseguimos sair de várias crises econômicas, porque a gente tem capacidade de movimentar, mobilizar a economia e produzir movimentos anticíclicos de redução da atividade econômica. E estão querendo tirar dos brasileiros e do Brasil essa capacidade de reação, essa capacidade de mostrar e de fazer a diferença em momentos de crise, como os que nós estamos vivendo.

Vou dar um dado do meu Estado, o Estado de Sergipe: em 2014, nós produzíamos 60,8 mil barris de petróleo/dia, em 22 campos produtores; produção de maio de 2019 é de 25,6 mil equivalentes de petróleo por dia, em 19 campos produtores, ou seja, fechamos três campos e, em cinco anos, a produção de petróleo no nosso Estado caiu 57,9%, cerca de 35 mil barris de petróleo/dia.

A situação da arrecadação de *royalties* no meu Estado caiu, em 2014, de R\$15,2 milhões para o Estado de Sergipe, acumulando, entre janeiro e maio, R\$72,8 milhões. A arrecadação, em maio de 2019, chegou a R\$5,8 milhões, caindo, para o ano, para R\$27,8 milhões de arrecadação com *royalties*. Em cinco anos, a arrecadação mensal do Estado caiu quase R\$10 milhões, fruto da queda do preço do petróleo nos dois períodos e, principalmente, da redução da produção.

Mantida essa média para o resto do ano, a queda pode chegar a R\$100 milhões por desativação e desinvestimento nos poços que hoje existem. Por que não? Por que não? Neste caso, se a Petrobras não tem mais interesse em explorar poços de terra, que abra uma licitação correta, transfira para outros, mas ela não está abrindo mão de explorar petróleo. Há o pré-sal, ela pode focar nisso, mas pode transferir para outros. Nós não estamos aqui sendo contra a privatização, nós estamos sendo contra a forma criminosa de abrir mão de ativos que tornam a Petrobras uma empresa capaz de competir no mercado internacional.

E eu queria, por fim, dizer da hibernação das fábricas de fertilizantes. Engraçado, o Brasil é um dos maiores produtores de grãos e de carne, que precisa de nitrogenados, de fertilizantes, e nós estamos fechando todas as plantas produtoras de nitrogenados do País, com a desculpa de que o custo de produção não compensa.



Agora, é importante dizer que só o Brasil produz a ureia para consumo animal. E a ureia, para produção de fertilizantes, não é a mesma ureia que vai na ração animal. E não dá para ela ser importada, por causa da forma como ela é... Ela é semilíquida, ela não pode ser importada com facilidade. O custo de importação inviabilizaria a produção da ração animal no nosso País.

Então, qual é a perspectiva estratégica? Qual é a responsabilidade que têm com o nosso País aqueles que governam, aqueles que deveriam estar pensando na economia e na indústria do nosso País?

Por isso, eu quero fazer aqui uma denúncia: a venda dos ativos da Petrobras, da forma como está pensada, é uma ação... Não é uma opção ou uma forma de ver como tornar mais competitiva e garantir competitividade, é uma forma criminosa de abrir mão...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de ativos que pode destruir a empresa e fragilizar a nossa economia.

Por isso, se querem investir no Brasil, que venham; se querem construir novas refinarias, que venham; se querem investir – mas a gente não está vendendo campos de petróleo, e as empresas estão vindo explorar o petróleo cru tirado do pré-sal –, que venham criar novas refinarias, mas entregar as nossas refinarias para que eles aumentem e a gente perca a capacidade de estabelecer preço, de estabelecer política de preço, que a gente perca a nossa capacidade estratégica enquanto empresa, isso é inadmissível.

Então, Sr. Presidente, eu queria, por fim, dizer do meu estranhamento com a manifestação, mudando de assunto... Como brasileiro, quero dizer que fiquei enojado. Eu senti a sensação de ter sido traído por uma instituição com a importância do Ministério Público, quando eu vi aquela manifestação "Aha uhu o Fachin é nosso". O Fachin não é do Ministério Público; o Fachin é Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele não pode ser da acusação nem da defesa.

Isso é tão agressivo, tão violento ao Estado democrático de direito quanto fazer uma busca e apreensão por simbolismo, como fizeram com Jaques Wagner. Por isso, eu acho que a gente precisa... E o Brasil e os brasileiros precisam parar de achar que é normal conversa entre promotor e juiz, que o que eles estavam fazendo era pra agilizar, cometendo crime, um crime continuado...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que o atual Ministro da Justiça continua cometendo.

Para concluir, Sr. Presidente, quando, numa operação em sigilo, ele pega e coloca nas mãos do Presidente da República, e o sigilo de justiça onde está? Eu pergunto: este homem tem condição de continuar Ministro? Ele está obstruindo o trabalho da Justiça! Cadê? Ele já entregou o celular dele? Perguntado, ele tirou foi graça, no alto da sua arrogância e no alto de achar que ele está acima da lei, do bem e do mal, e que ele não pode ser punido.

Por isso, Sr. Presidente, apesar de mudar de assunto, é o mesmo assunto, porque a derrocada da Petrobras e das empresas da série A foi por descuido. Combater a corrupção não pode ser um instrumento para destruir a nossa capacidade produtiva como fizeram, sem nenhum critério, sem nenhum respeito e sem nenhum compromisso com os empregos, com os quase 1 milhão de empregos perdidos em função de uma operação que não separou executivos corruptos da operação e da importância que as empresas tinham para a economia.



Por isso, fica aqui a minha indignação com o "Aha uhu" do Deltan Dallagnol, que diz que "o ministro é nosso", a minha indignação por fazer busca e apreensão simbólica e a minha indignação com um ministro que pega um processo sob sigilo e passa para o Presidente, cometendo o mesmo tipo de crime que cometeu ao longo de toda a Operação Lava Jato, desrespeitando aquilo que é mais sagrado: a imparcialidade, a separação entre Ministério Público e Justiça. Ele mostra que foi o chefe de um conluio contra algumas pessoas – não foi contra Lula somente –, contra quem ele queria tirar do caminho para virar Ministro da Justiça e Ministro do STF.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e me desculpe pelo meu desabafo, como um brasileiro que aprendeu que a justiça se faz com o Ministério Público, que representa ali o Estado, a advocacia, que representa a parte, e o juiz, livre, autônomo, imparcial, que não se envolve, para que possa tomar a decisão mais justa e, assim, praticar e fazer a justiça.

Muito obrigado. E quem sabe um dia o Brasil tenha mais justiça e respeito pelas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Rogério Carvalho, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura.)

(Durante o discurso do Sr. Rogério Carvalho, o Sr. Confúcio Moura deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelsinho Trad.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos aqui as colocações, sempre pertinentes, do nobre Senador Rogério Carvalho, que, de uma maneira muito sábia, colocou seu ponto de vista. E V. Exa. não precisa pedir desculpas; V. Exa. está legitimado no cargo honroso que seu Estado lhe concedeu como Senador da República de Sergipe. Só nós, que passamos por esse crivo, sabemos o significado disso. Então, V. Exa. está de parabéns por aqui, de uma maneira elegante, como sempre, emitir as suas opiniões.

Convido aqui, para ocupar a tribuna, o nobre Senador Telmário Mota, do PROS, de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Nelsinho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, agora a Rádio Senado chegou ao meu Estado de Roraima. Se não me engano, é 98.3. É isso? Bem confirmado aqui pelos universitários, Senador Nelsinho.

Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é um problema que atormenta os produtores rurais do meu Estado há nove anos. Desde 2010, o Estado de Roraima não pode exportar sua produção de frutas por causa da mosca da carambola.

Os prejuízos sociais são incalculáveis; já os econômicos são da ordem de R\$20 milhões por mês.

Em maio do ano passado, 2018, a praga havia sido erradicada em 11 dos 15 Municípios do Estado: Alto Alegre, Boa Vista, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, São João da Baliza, Caroebe, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Bonfim e Iracema. Mas a incompetência e a falta de zelo do Governo do Estado com os nossos produtores rurais fizeram com que surgissem novos focos.

O resultado disso foi que, no mês de junho do presente ano, o Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do MAPA voltou a declarar, como área de quarentena, os Municípios



do Estado e proibiu, Sr. Presidente, a exportação das frutas oriundas dessas localidades, ou seja, voltamos à estaca zero!

Sras. e Srs. Senadores, enquanto este Senador, nascido no Teso do Gavião, tiver bambu, aviso aos senhores que vai ter flecha! Enquanto destroem o Estado, eu luto para reconstruir!

Em 2018, foi apresentada uma emenda ao Orçamento Geral da União de 2019 destinada ao fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Ocorre que, atualmente, esses recursos, que são fundamentais para a sanidade agropecuária dos Estados, principalmente daqueles mais pobres e que mais necessitam de ajuda do Governo Federal, como é o caso do Estado de Roraima, encontram-se contingenciados. Estou falando, Sr. Presidente, de aproximadamente R\$57 milhões que não estão sendo aplicados na defesa da agricultura brasileira.

Caso essa emenda seja liberada, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (Aderr) poderá celebrar um termo aditivo ao Convênio 822.253/2015, no valor de R\$4.794.584, sendo R\$2.172.852 para custeio e R\$2.621.732 para investimentos. Esse valor pode ser pouco para os Estados do Sul e Sudeste, mas para Roraima, Sr. Presidente, é a tábua de salvação para resolver o problema da mosca da carambola. É o único meio que o Governo do Estado tem para manter e estruturar as barreiras sanitárias existentes, caso tenha competência, e talvez até ampliá-las.

Nesse sentido é que faço um apelo ao Governo Federal para liberar essa emenda. Se é verdade que Roraima é a menina dos olhos do atual Presidente, chegou a hora de sair do discurso e partir para a prática, não apenas por Roraima, mas por todo o Brasil, Sr. Presidente, já que a liberação dessa emenda beneficiará a sanidade agropecuária nacional.

Caso o Governo Federal entenda que não seja possível acatar esse pedido em virtude dos altos valores envolvidos, proponho uma alternativa para o atendimento das emendas, das demandas do Estado de Roraima através de aporte direto de diárias para atuação em barreiras fitossanitárias. Entre os meses de fevereiro e maio do presente ano, houve o aporte de R\$150 mil por mês. Entretanto, com o contingenciamento do Orçamento do MAPA, as diárias foram cortadas.

Ora, Sr. Presidente, o que são R\$150 mil do Orçamento da União? Esse valor é insignificante frente aos benefícios que traz. Se a mosca da carambola for erradicada no Estado, o impacto econômico será de aproximadamente R\$20 milhões/mês. Boa parte desse valor voltaria para a própria União por meio dos impostos. Não só é perfeitamente possível como é economicamente interessante para o Governo Federal arcar com essas diárias. Energia é o que tensiona o arco; decisão é que solta a flecha.

Sr. Presidente, o Senador do Teso do Gavião, este que lhe fala, está tensionando, tem a coragem de tomar a decisão que soltará a flecha. Vamos juntos matar de vez a mosca da carambola e libertar definitivamente os agricultores do Estado de Roraima dessa praga tão danosa ao nosso Estado e ao Brasil.

Por fim e não menos importante, recentemente tomei conhecimento de um projeto de decreto que se encontra parado na Casa Civil. Esse decreto regulamenta a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimentos familiares, familiares rurais, e é importantíssimo para o desenvolvimento de produção da agricultura familiar e geração de renda de forma sustentável. O decreto incentivará a industrialização em pequena escala, em pequena escala e comércio, facilitando, por meio eletrônico, o registro de estabelecimentos produtivos, fomentando a



desburocratização da atividade, a assistência técnica, a produção e a capacitação do produtor rural.

Sr. Presidente, nesse sentido, apelo para que esse decreto seja publicado o mais rápido possível para facilitar a vida do agricultor brasileiro, incentivar a produção de frutas e produtos com maior valor agregado, incrementando a renda do produtor rural.

Sr. Presidente, eu encerro aqui a minha participação nesta tribuna, fazendo um apelo ao Governo Federal: vamos resolver a questão da mosca da carambola em Roraima.

Aqui colocamos três boas alternativas: primeiro, esse valor enorme que está contingenciado, que, se liberado, fará com que Roraima saia rapidamente dessa quarentena; segundo, é preciso fazer o aporte das diárias, tão pequeno e resultado do lucro que vai proporcionar aos produtores, aos homens que fazem o Brasil acontecer; mais do que isso, faço um apelo, Senador Nelsinho, ao Presidente da República para que, na pior das hipóteses, desengavete esse decreto que vai libertar, que vai proporcionar, que vai dar alegria – mais do que isso –, vai abençoar o brasileiro que está ali de mão calejada, com suor no rosto, queimado pela luta em busca da felicidade. Quando o homem do campo planta, a cidade janta, quando ele roça, a cidade, naturalmente, tem a oportunidade de se desenvolver e de crescer.

Presidente, olhe por Roraima e concretize o que V. Exa. sempre falou, que tem um olhar carinhoso. Roraima está sofrendo, está sangrando. Com uma canetada, Roraima sai dessa crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do nobre Senador Telmário Mota, grande defensor do Estado de Roraima, do PROS.

Com a palavra o nobre Senador, do Paraná, do Podemos, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Nelsinho Trad, Senador Telmário, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, durante 15 anos, desta tribuna, procurei desmentir afirmações mistificadoras que procuravam escamotear a realidade vivida neste País. Em determinado momento, nós ouvíamos muito do *marketing* oficial petista, instalado no Palácio do Planalto, a afirmação de que estávamos vivendo o espetáculo do crescimento. E eu dizia: que espetáculo do crescimento é esse se o País cresce mais, apenas, do que o Haiti, onde mora a pobreza, a miséria, o infortúnio e a guerra? Todos os países do mundo, com exceção do Haiti, cresciam mais do que o Brasil. E o Presidente de então dizia que nós estávamos vivendo o espetáculo do crescimento. Uma falácia! E quantas vezes contestamos a afirmação de que o Governo retirava milhões de brasileiros da pobreza? Essa era uma afirmação reiterada.

Agora, um estudo de profundidade realizado pela Organização das Nações Unidos diz quem estava com a verdade. Era o Governo? O *marketing* oficial do PT? Ou era um modesto Senador da oposição, que quase sempre isoladamente comparecia a esta tribuna para tentar recolocar a verdade?

Não fico satisfeito, não é motivo de alegria verificar que a ONU (Organização das Nações Unidas) apresenta um estudo comprovando uma década e meia perdida, comprovando que perdemos, sim, uma década e meia, não só pela corrupção, mas também pela incompetência.

Esse estudo revela que nós avançamos mais nas décadas de 70, 80 e 90 do que durante a era petista no Governo. Enfim, o País não crescia como se estivéssemos em um espetáculo de crescimento, e o Governo não retirava da pobreza milhões de brasileiros.

Não precisaríamos nem mesmo desse estudo da ONU, porque, na verdade, os números oficiais existentes no Brasil o comprovam: são mais de 52 milhões de brasileiros abaixo da linha da



pobreza; hoje, somos 62 milhões de brasileiros endividados; a metade dos brasileiros, mais de 100 milhões, vivem com menos de um salário mínimo, e, no Nordeste, 68% da população vive com menos de um salário mínimo; 15 milhões de brasileiros sobrevivem com até R\$70 por mês; nós temos apenas 33 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada, para uma força de trabalho de mais de 90 milhões de pessoas; nós temos 100 milhões de brasileiros sem acesso ao saneamento básico; 17 milhões de brasileiros sem acesso à coleta de lixo; 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada. Portanto, nós não vivemos esse utópico espetáculo do crescimento e não assistimos a essa empreitada heroica de se retirar da pobreza milhões de brasileiros. O que nós assistimos foi à falácia, foi à mentira, foi ao engodo.

E, ainda ontem, Senador Nelsinho Trad, o jornal *O Globo*, em editorial sob título sugestivo – "O museu de obras públicas paralisadas no Brasil" –, mostra mais uma referência à incompetência que se consagrou, de forma absoluta, nos últimos mandatos neste País. São 14 mil obras paradas! Mas não é tudo, porque é com base em uma amostragem que o Tribunal de Contas da União pesquisou e constatou que, da amostragem verificada, pesquisada, 14 mil obras estão paradas, correspondendo a um investimento de R\$144 bilhões. Não é pouco, R\$144 bilhões, como V. Exa. dizia há pouco, é o PIB do Uruguai. Eu digo: é o PIB de vários países do mundo.

Então, R\$144 bilhões foram os investimentos da União nas obras paradas, de um total de R\$725 bilhões – R\$725 bilhões foram os investimentos do Governo da União durante dez anos em obras no País. Trinta e sete por cento destas obras estão paralisadas, correspondendo a um investimento de R\$144 bilhões. A maior parte tem origem no PAC. Vocês se lembram da propaganda oficial sobre o PAC. Vocês se lembram da mãe do PAC! Até tivemos a mãe do PAC... A ex-Presidente Dilma Rousseff, quando ainda Chefe da Casa Civil, foi denominada de mãe do PAC.

Foram 663 obras do PAC, sendo que 127 estão paradas – 127 obras do PAC estão paradas. E como disse o Tribunal de Contas, o próprio Tribunal de Contas afirma, pode ser muito mais, porque as obras estão pulverizadas em todos os Estados brasileiros. Não existe um cadastro das obras e, por esta razão, o Tribunal de Contas trabalha por amostragem. Então, buscou pesquisar, se não me falha a memória, um número de 38 mil obras que seriam realizadas no País e encontrou 14 mil delas nessa amostragem paralisadas. Portanto, pode ser muito mais do que isso, o número de obras pode ser bem superior e os valores também muito superiores aos R\$144 bilhões aqui destacados.

E qual a razão da paralisação destas obras? Muitas delas são paralisadas por imposição judicial, já que superfaturadas. O sobrepreço ou o superfaturamento alcança deste lote 1,3 mil obras. Há falta de projetos, especialmente projeto executivo, que é essencial para evitar os aditivos, que levam o preço das obras à estratosfera. Foram 1.158 obras sem projeto, mais 749 obras com falha na composição dos custos.

Portanto, são várias as razões da paralisação destas obras, não apenas a falta de recursos. Faltou dinheiro, a obra para, mas há casos em que a paralisação se dá em razão de irregularidades. Aí, há uma imposição de natureza judicial para a paralisação destas obras.

A conclusão é a seguinte, Senador Izalci Lucas, que agora preside a sessão: não foi apenas corrupção. É evidente que a corrupção é uma causa essencial das mazelas vividas nesse País: assaltaram os cofres públicos, arrombaram o caixa nacional. Obviamente, desarrumaram as finanças públicas, fragilizaram o Tesouro Nacional, debilitaram o patrimônio deste País, que foi



dilapidado, que foi pilhado pela sede, pelo apetite de enriquecimento ilícito de muitos daqueles que assumiram o poder no País e, de outro lado, em nome de um projeto de poder de longo prazo.

O Brasil foi, literalmente, assaltado. E nós estamos vivendo as consequências desse assalto.

Mas não foi só o assalto, o roubo, a corrupção. Foi também a incompetência. A incompetência administrativa se consagrou de forma absoluta nos últimos mandatos no Brasil. E a população é que sofre: sofre com a violência, sofre com a ausência de qualidade, especialmente no serviço de saúde pública que é oferecido à nossa gente, levando à morte milhares de brasileiros em corredores de hospitais abarrotados, sem atendimento, e na educação, que está em retrocesso. Aliás, esse estudo da Organização das Nações Unidas revela também o fracasso do sistema educacional brasileiro nos últimos anos.

Enfim, a corrupção, que se somou à incompetência de gestão, levou o País a esta crise monumental, que está a exigir de quem governa e de quem representa a população no Legislativo a responsabilidade histórica de contribuir – e todos juntos contribuirmos – para que possamos encontrar os caminhos que nos levem a um futuro melhor.

Eu ainda, Sr. Presidente, aproveito os minutos que me restam para abordar outro tema que considero, agora, essencial.

Se queremos retirar o País da crise em que se encontra, nós não podemos ignorar a perversidade do sistema financeiro, que sobrou, que folgou, que prosperou, que avançou, especialmente pela competência dos seus artífices e, sobretudo, pela generosidade dos governantes, porque, se nesse estudo da ONU se revela o empobrecimento do povo brasileiro, de outro lado, revela também o enriquecimento de setores privilegiados, especialmente os banqueiros e os grandes empreiteiros de obras públicas, muitos dos quais, atualmente, estão com a Polícia Federal e o Ministério Público nos seus calcanhares em razão da Operação Lava Jato.

Em razão, sobretudo, dessa predominância do sistema financeiro na economia nacional, que é uma das causas do subdesenvolvimento dos últimos tempos, nós estamos encaminhando ao Ministro Paulo Guedes um pedido de informações sobre auditorias, se o Banco Central realiza auditorias nas metodologias utilizadas pelos bancos para calcularem os seus custos com o crédito, para definirem seus respectivos *spreads* e, consequentemente, as suas taxas de juros. As taxas de juros são praticadas na estratosfera da economia brasileira.

Nós tivemos, recentemente, uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a CNC. Nessa pesquisa, revela-se que o percentual de famílias endividadas alcançou 62,7% em abril. São 62,7% de endividados no País. Apurou, também, que o cartão de crédito foi apontado por 77,6% dos entrevistados como a principal fonte de dívida, e na sequência aparecem os carnês, com 15,3%, e financiamentos de carro, com 10%.

Com esses juros cobrados pelos bancos instalados no Brasil, muito dificilmente uma pessoa, com essa modalidade de dívida, conseguirá saneá-la no curto prazo. O endividamento, certamente, se prolongará no tempo.

Essa liberdade absoluta para os bancos cobrarem juros estratosféricos em todas as modalidades de crédito faz parte da paisagem financeira do Brasil nos últimos 25 anos, sem que ações concretas e eficientes por parte dos Governos que se sucedem sejam adotadas para melhorar o ambiente de crédito para os brasileiros. Não se tem notícia de uma auditoria consistente, realizada na contabilidade dos bancos, para aferir a razoabilidade das taxas de juros cobradas, que, se não constituírem, estão entre as maiores taxas de juros cobradas em todo o mundo.



As empresas do setor financeiro no Brasil, inclusive as instituições fiscalizadoras do sistema financeiro, resistem, inexplicavelmente, à instituição da prática de auditoria externa. Quem pede a realização de auditoria dos mecanismos de gestão da dívida pública logo é tachado de radical. O mesmo ocorre com relação à verificação dos cálculos que fundamentam a taxa de *spread* informado pelos bancos.

Importante ressaltar que a auditoria constitui uma ferramenta que permite o exame ou verificação objetiva das atividades e operações de uma organização. O objetivo desse exame é analisar a conformidade dessas atividades e operações em relação a determinadas regras e normas, aos objetivos definidos para o setor ou instituição e aos princípios contábeis aceitos. Uma auditoria permite identificar qualquer tipo de desvio que possa vir a requerer uma ação corretiva. Uma auditoria realizada pelo Banco Central no exercício de sua função e obrigação fiscalizadora ou por empresa de contabilidade contratada constituiria uma auditoria externa independente, cujo objetivo seria emitir um parecer sobre a regularidade, legalidade e razoabilidade das operações financeiras da organização objeto da auditoria.

A prática da auditoria ajuda a instituição reguladora e fiscalizadora a lidar com a complexidade das atividades reguladas, que devem ser fiscalizadas, especialmente no mercado de crédito, o que fortalece a transparência e confiança nas empresas e nos órgãos fiscalizadores.

O Banco de Portugal há décadas mantém parcerias com as maiores empresas de contabilidade do mundo, que realizam as auditorias das instituições financeiras, inclusive nas atividades do próprio Banco de Portugal. Recentemente, o Banco de Portugal trocou a Price, auditora parceira desde 1998, pela empresa Deloitte, que superou propostas da auditoria Ernest & Young.

Em Portugal e em vários outros países do mundo, as instituições financeiras e a imprensa não classificam a prática de auditoria como perigosa; ao contrário, é relatada como atividade natural, necessária e desejada. É por essa razão que nós estamos insistindo com esse tema.

Com base nos argumentos que expusemos aqui, estou solicitando informações relacionadas à atividade de fiscalização, atribuída ao Banco Central do Brasil, contemplando alguns questionamentos. O primeiro deles é se, recentemente, o Banco Central publicou um estudo sobre concentração, concorrência e custo do crédito. O estudo cita quatro publicações no campo reservado às referências bibliográficas, mas, em nenhum momento, menciona a realização de uma auditoria nas metodologias utilizadas pelos bancos para calcularem seus custos com o crédito para definirem seus respectivos *spreads*.

A pergunta é: o Banco Central do Brasil já auditou essas metodologias em algum momento? Quando? Quais os bancos foram auditados e quais foram os resultados?

Aí temos mais algumas indagações, Sr. Presidente. Eu peço a V. Exa. – não quero extrapolar o tempo – para considerar como lido esse requerimento, que já encaminhei ao Ministro Paulo Guedes, buscando essas informações para que nós possamos continuar debatendo aqui, no Senado Federal, as altas taxas de juros praticadas no Brasil, especialmente o lançamento de títulos públicos sem transparência e as operações compromissadas que também são realizadas sem qualquer transparência.

Uma auditoria do tribunal de contas que solicitamos faz algumas sugestões, entre elas a instituição de um conselho de gestão fiscal, além do uso do registro eletrônico para que a sociedade brasileira possa conhecer as implicações do nosso endividamento com a exposição dos números referentes a dívidas contraídas por Municípios, Estados e pela União, explicitando os



prazos, prazos de carência, taxas de juros, valores, perspectivas de retorno e também colocando plataforma para que os leilões de títulos públicos possam se realizar de forma transparente sem essa suposição existente de que os chamados *dealers* seriam beneficiados nessas transações realizadas pelo Governo brasileiro por intermédio do Banco Central, especialmente quando se trata das chamadas operações compromissadas.

Enfim, Sr. Presidente, eu peço a inserção nos *Anais do Senado Federal* da íntegra deste requerimento que estou encaminhando ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes.

Muito obrigado, Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.4 do Sumário)

Matéria referida:

- Requerimento ao Ministro da Economia

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Nelsinho Trad deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa.

Já convidado o meu querido Senador Nelsinho, do PSD, de Mato Grosso do Sul, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Izalci, estou um pouco prejudicado pelo clima seco que estamos atravessando aqui, na Capital da República. Gostaria de iniciar a minha fala, mas, paradoxalmente, tinha que estar com a voz desse jeito.

De todo modo, quero aqui reverenciar e aproveitar a oportunidade de fazer uma moção de pesar para os familiares do Pai da Bossa Nova, João Gilberto, que nos deixou ontem, falecendo e deixando um legado enorme na música popular brasileira.

E também aproveito a oportunidade para fazer alguns comentários a respeito dos 111 anos da imigração japonesa no Brasil.

Em todo o nosso País, estima-se que o número de imigrantes japoneses seja de 1,5 milhão de pessoas, constituindo, assim, a maior comunidade nipônica fora do país asiático. O ano de 1908, mais de cem anos atrás, marcou o início da imigração japonesa no Brasil, com a chegada, aqui no nosso continente, do navio Kasato Maru ao Porto de Santos, trazendo a bordo 781 japoneses, que vieram desbravar essas terras na América do Sul para trabalhar nas fazendas de café do interior de São Paulo.

Aproveito esta homenagem aos 111 anos da imigração japonesa no Brasil para falar um pouco da imigração e da comunidade japonesa no meu Estado, querido Mato Grosso do Sul, que atualmente é a terceira maior do País, com quase 80 mil pessoas, de acordo com o último censo da própria Embaixada do Japão.

Das 781 famílias inicialmente no Brasil, 26 foram para o sul. E o Mato Grosso, Estado uno na época, foi receptivo em função das suas terras férteis, pouco exploradas naquele tempo e pelo clima agradável. A necessidade de mão de obra para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na época considerada um bom emprego, também trouxe imigrantes desiludidos com as fazendas de café de São Paulo e de Minas Gerais.



Em 1909, um grupo de 75 imigrantes, a maioria natural de Okinawa, lá no Japão, partiu de Santos em um cargueiro fretado pela construtora da ferrovia e veio pelo estuário do Rio da Prata até Porto Esperança, na base das obras da ferrovia, já no Estado uno de Mato Grosso. Devido às dificuldades encontradas na construção da ferrovia, como doenças, ataques indígenas, muitos desses imigrantes japoneses desistiram do trabalho e se concentraram em cidades como Campo Grande e Três Lagoas, onde se dedicaram à produção de hortifrutigranjeiros e de seda e ao setor de serviços. O sucesso fez com que eles atraíssem outros imigrantes para a nossa região.

Lá no meu Estado, Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul, nós temos várias características culturais incorporadas à nossa cultura trazidas pelos imigrantes japoneses. Na culinária, temos como característica da região de Okinawa o sobá e o *yakisoba*, delícias da culinária japonesa que praticamente estão no dia a dia da alimentação do povo de Campo Grande, do Mato Grosso do Sul. Trouxeram também o *karaoke*, o *taiko*, o *haicai*, o *origami* e a cerâmica, que hoje integram a nossa cultura.

Como eles se dedicaram muito à venda de hortifrutigranjeiros, concentra-se, num comércio tradicional da cidade chamado Mercadão Municipal e na Feira Central, grande parte dos descendentes desses imigrantes. Esses pontos constituíram-se na minha cidade, na capital, em pontos turísticos. Quem visita Campo Grande não tem como não ir à Feira Central e ao Mercado Municipal. Seria a mesma coisa de um indivíduo visitar Roma e pelo menos não visualizar a imagem do Papa num dos sermões que ele pratica aos domingos.

Em homenagem a esse povo que tanto colaborou com o nosso crescimento, Campo Grande instituiu, através dessa cultura, festivais como o Festival do Sobá, o Monumento da Imigração Japonesa, localizado numa praça central do nosso Município, e o Memorial da Imigração Japonesa, que se localiza na esplanada rodoviária.

Em 2009, inauguramos, quando Prefeito da capital fomos, o Monumento ao Sobá. O sobá é um prato tão peculiar da nossa cultura que nesse mesmo ano foi eleito por voto popular como prato típico da cidade e também é tombado em Campo Grande como patrimônio cultural imaterial.

A festa Bon Odori está inserida no calendário de comemorações de Campo Grande, no aniversário da cidade, e acontece todos os anos. Ela também é realizada nas cidades de Dourados, a segunda maior cidade do Estado; na cidade de Três Lagoas, que é terceira maior cidade do Estado; e em muitas cidades no interior com a presença das associações japonesas.

E, por falar em associações japonesas, eles têm várias associações espalhadas pelos quatro cantos da capital Campo Grande. Se não me falha a memória, temos aqui o Clube Nipo Brasileiro, o Clube Okinawa e vários clubes onde os japoneses se encontram e confraternizam.

As comemorações nas festas culturais são realizadas anualmente e representam uma homenagem aos antepassados com apresentações e participação do público em danças típicas.

Em Mato Grosso do Sul, também temos o Japan Fest, em Dourados, e a Festa do Ovo, em Terenos.

Nesses 111 anos de imigração japonesa no Brasil, podemos afirmar que nossa capital e nosso Estado foram e continuam sendo influenciados pela cultura e pela tradição dos imigrantes japoneses nas festividades, na culinária, na tradição e nos costumes milenares que permanecem fortes entre os cidadãos do Mato Grosso do Sul, Estado que eu represento.

Mais que números em conquistas e na expressão cultural na sociedade, os nipônicos, os japoneses, têm uma relação muito forte na vida, principalmente, de descendentes de imigração,



como é o meu caso. Ambos se ajudaram e se tornaram amigos e irmãos na luta pela sobrevivência dos seus descendentes, filhos e netos.

Deixo aqui, Sr. Presidente, uma singela homenagem, recheada de muito orgulho e de muito respeito a todos os descendentes japoneses, que carregam no sangue os princípios de um povo guerreiro que muito nos orgulha. Com certeza, ajudaram muito o nosso País com a sua força de trabalho, com a sua ética, com a sua educação, com a sua paciência e com a forma e inegável que eles têm de se inserir na nossa sociedade.

Parabéns a todos os descendentes da comunidade japonesa, que tem, neste Senador, o respeito, a admiração e o carinho por quem sabe valorizar as suas origens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Nelsinho, peço a V. Exa. para assumir para que eu possa também fazer uso da palavra.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelsinho Trad.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, meu querido amigo Nelsinho Trad, quero aproveitar o discurso de V. Exa. para também saudar aqui a nossa colônia japonesa do Distrito Federal, pessoas por quem temos um carinho muito grande, muito especial. A nossa colônia aqui é muito grande. Nós temos aqui uma colônia grande em Brazlândia, em Vargem Bonita, em Taguatinga também, com japoneses pioneiros aqui que trabalharam, inclusive, no início, com o transporte, na nossa querida Pioneira. Então, eu tenho muitos amigos a quem quero aqui saudar pelos 111 anos aqui no Brasil.

Eu quero também, Sr. Presidente, saudar a nossa seleção, com mais uma alegria aí para a população toda. Já aguardávamos isso há algum tempo. O Peru criou uma certa dificuldade. Parecia que estava tão fácil e, de repente, passamos um sufoco, mas deu tudo certo.

Sr. Presidente, uma das boas notícias que trago hoje é que Brasília foi apontada como um dos principais destinos de férias agora no mês de julho. A notícia foi veiculada aqui pelo *Correio Braziliense* e mostra que a arquitetura, a política e a história da Capital do Brasil são atrativos para milhares de turistas que devem visitar Brasília este mês. De acordo com o Travel Hacker 2019, uma pesquisa da empresa de viagens Kayak, o Distrito Federal aparece como o lugar que mais cresceu em buscas para as férias de julho em comparação com 2018.

Os dados mostram também que, além dos turistas, há aqueles que vêm a Brasília para compromissos de trabalho e aproveitam os momentos de folga para conhecerem a Capital.

O turismo cívico atrai os visitantes que passeiam pelos monumentos para admirar as linhas planejadas da nossa Capital.

A pesquisa mostra ainda que estudantes de arquitetura, turistas estrangeiros e brasileiros se encantam com os projetos de Niemeyer e Lúcio Costa.

Outro fator destacado pela reportagem foi a arborização de Brasília, que chama bastante atenção de quem chega de fora. E, nesta época, os ipês dão um *show* de beleza, florescem por toda cidade, sendo os mais fotografados por turistas e moradores.

Sr. Presidente, temos um potencial turístico imenso aqui no Distrito Federal, mas que ainda está longe da sua potencialidade, ainda não está sendo aproveitado. Para tratar isso, eu estive,



junto com os representantes do setor, agora no último dia 5, com o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Conversamos sobre a necessidade de investimento em infraestrutura e promoção do turismo no Distrito Federal.

É importante lembrar que Brasília é um museu a céu aberto, e esse potencial tem que ser aproveitado para gerar emprego e melhorar a economia.

No mês de junho, recebi representantes do setor empresarial, que vieram conversar sobre ações para alavancar o turismo no DF. Na qualidade de coordenador da bancada aqui do DF e também de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tenho defendido a adoção de medidas para estimular a indústria do turismo. Então, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, estamos empenhados nessa busca, realizando reuniões e recebendo sugestões para fortalecer esse setor, que é tão promissor e que pode ser usado para levar emprego e desenvolvimento para Brasília e para todo o País.

Hoje mesmo, eu tive reuniões tratando da BR-080. O GDF agora começou a duplicar a DF-001, que vai da Estrutural até o trevo da Fassincra, e sugeri, e o Governo acatou a ideia, fazermos, ao lado da pista que está sendo duplicada, uma ciclovia, para que possamos explorar o turismo religioso. De Taguatinga até Brazlândia, nós temos 32km, e a ideia é fazermos, então, uma estação a cada 2km, com uma praça para atender os romeiros, como acontece em Trindade, em Aparecida do Norte. Nós temos, Sr. Presidente, a segunda maior catedral em Brazlândia, aqui no Distrito Federal, o que poucas pessoas conhecem. Poucas pessoas sabem disso.

Nós temos, sim, um potencial muito grande. Temos potencial para o turismo cívico, em que temos que trabalhar para que todo estudante brasileiro conheça a sua Capital, como já acontece em diversos países, em especial Washington, que tem uma política de receber todos os alunos. Aqui é a Capital de todos os brasileiros. Da mesma forma, é o turismo rural. Nós temos aqui excelentes pontos. Aqui perto, nós temos Pirenópolis, muitas atrações. Nós temos belas cachoeiras, muitas fazendas aqui também que podem ser aproveitadas. Então, há um espaço muito grande para o turismo também rural. E temos aí o turismo em que Brasília é um museu a céu aberto, como dizem; os arquitetos que vêm de fora ficam realmente admirados por essa arquitetura que nós temos. Então, temos que investir muito.

E que bom a notícia de que Brasília deverá receber, agora no mês de julho, um grande número de turistas. Espero que seja o primeiro passo aí para um grande projeto de turismo.

E quero aproveitar para parabenizar todos os representantes do turismo de Brasília também. Fizeram e vão lançar agora uma campanha nacional de incentivo à visitação à Capital da República. Ficou muito bom o vídeo institucional que eles fizeram. E eu espero que isso possa realmente atrair muitos turistas aqui para o Distrito Federal.

Quero também aproveitar esta tribuna para parabenizar a atleta Ana Paula Marques, que ficou em terceiro lugar no Campeonato Mundial de Vela Adaptada, realizado no dia 5, na cidade de Cádiz, na Espanha. Ana Paula já tinha conquistado, no ano passado, o título de Campeã Mundial na classe Hansa 303, em Michigan, nos Estados Unidos. A atleta coleciona medalhas na categoria e é exemplo de superação e força de vontade. Ana Paula é sobrevivente de uma tentativa de feminicídio. Em 2004, ela levou um tiro do ex-marido, o que lhe causou uma paraplegia. Em tratamento no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, ela teve contato com o esporte. Hoje, ela treina no Lago Paranoá e se dedica a continuar se preparando para trazer mais medalhas, para mais orgulho de todos nós brasileiros, em especial, aqui do Distrito Federal.

Eram essas as minhas considerações.



E era essa a boa notícia de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o Senador Izalci Lucas.

De pronto, passamos a palavra ao nobre Senador, do Estado de Alagoas, do PSDB, Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Para discursar.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, Srs. Senadores, nosso colega Izalci Lucas, eu gostaria de iniciar este meu discurso afirmando que estou trazendo uma grande novidade, algo novo, mas, para algo ser caracterizado como novo, é imprescindível a condição de que ele se estabeleça pela primeira vez, de ser algo inédito, o que, infelizmente, não é essa a situação. O que verificamos é um enredo que tristemente se repete há décadas, sem muitas mudanças. O nosso IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou, no final do mês passado, dados que confirmam aquilo que eu constato diariamente andando pelo meu Estado de Alagoas: Alagoas continua ostentando o lamentável título de campeão de analfabetismo no País.

Eu não venho aqui falar somente do meu Estado. Em todo o Brasil, podemos ver um quadro em que a proporção e o número de analfabetos estão, sim, se reduzindo, embora não no ritmo desejado, pois ainda estamos longe de atingir as metas de combate ao analfabetismo estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Lá, Sr. Presidente, está prevista a completa erradicação do analfabetismo até 2024. Estou aqui mencionando que, dificilmente – na verdade, é quase impossível –, em 2024, atingiremos essa meta.

Quando analisamos os números, de acordo com os Estados e as regiões, deparamos com o fato de que há vários graus diferentes, que variam sensivelmente de norte a sul. É, na verdade, mais um retrato da profunda desigualdade social e regional que marca essa nossa sociedade brasileira. Repito: é o perfeito retrato de que existem vários brasis dentro do Território. O centro-sul e o Norte e Nordeste do País, por exemplo, vivem realidades completamente distintas.

No Sudeste, o índice de analfabetismo da população com 15 anos ou mais é de 3,47%; no Sul, 3,63%. No Centro-Oeste, 5,4%. Nessas três regiões, a meta do PNE para 2015, inclusive, já foi batida com folga. Aqui nós estamos falando dos índices nacionais por região. Já no Norte e Nordeste, as duas regiões mais pobres do País, a situação é muito precária. No Norte, o percentual de analfabetos é de 7,98% e, no Nordeste, chega a 13,87%. Então, olha só, estamos aqui comparando o Sul do País, onde há um índice de 3,47%, com o Nordeste, em que chega a 13,87%. Lá se atingiu a meta estabelecida pelo PNE; aqui estamos muito longe.

Se o Nordeste está com 13,87%, é com tristeza que eu afirmo isto: que o meu querido Estado de Alagoas, um povo guerreiro, um povo sofredor, continua tendo os piores índices. Lá são 17,2% dos alagoanos com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever. Praticamente um em cada seis alagoanos padece desse flagelo. Nós estamos no ano de 2019. Falar, na tribuna do Senado Federal, que ainda é um objetivo a ser alcançado e dizer que a cada seis alagoanos um não sabe ler e escrever é algo realmente inaceitável, muito diferente do que acontece em outras regiões do País. Isso, com certeza, restringe o desenvolvimento socioeconômico, tolhe o exercício da cidadania e compromete a inclusão social.

Esses dados mostram claramente, Sr. Presidente, que o combate ao analfabetismo no Brasil não é algo a ser feito sem levar em consideração as especificidades de cada região do País. Erradicar o analfabetismo em Alagoas é uma tarefa que exigirá um esforço muito maior do que acabar com o analfabetismo no Rio de Janeiro. Repito: em Alagoas, 17,2%; no Rio de Janeiro,



2,4% dos jovens e adultos são analfabetos. Então, é uma situação que não permite, inclusive, fazer uma comparação. São desafios de grandezas díspares que exigem soluções diferenciadas e específicas para cada caso.

Para trazer Alagoas, o Nordeste, o Norte para a média de índices nacionais, investimentos maciços devem ser feitos na educação nessas regiões. Ignorar esse fato é aprofundar e perpetuar as desigualdades econômicas e sociais que representam um abismo entre esses dois brasis.

É nosso dever fundamental, estabelecido no art. 3º do nosso Texto Constitucional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. São objetivos interligados. Não há erradicação da pobreza enquanto houver tantas diferenças sociais convivendo no mesmo território.

Os índices de analfabetismo no Nordeste, especialmente quando comparamos com o Centro-Sul, são uma evidência claríssima da necessidade urgente de um plano nacional e emergencial para tirar o Nordeste do atraso e trazer os indicadores socioeconômicos das regiões para mais perto da realidade do resto do País. E tudo parte da educação e da infraestrutura.

O que forma a essência, a base da felicidade de um cidadão, de uma família e de comunidade? O que é que se forma? Não é muito. Basta haver uma moradia digna, escolas e hospitais públicos de qualidade, segurança e proteção da violência. E qualquer possibilidade de inclusão e ascensão social nasce da educação e, sobretudo, da capacidade de ler, de escrever, de conseguir interpretar e produzir textos, e também com o mínimo de competência e capacidade comunicativa. Sem essa capacidade, as possibilidades e potencialidades de qualquer indivíduo em uma sociedade moderna ficam muito limitadas, muito restritas, sem dúvida nenhuma, e perder essa autonomia e liberdade dessa forma, com certeza, castra as potencialidades que cada cidadão pode alcançar. Então, estamos trabalhando aqui com autoestima, sem dúvida nenhuma.

Imagine o que é você competir, você falar sobre meritocracia, você querer que as pessoas tenham as mesmas condições para se desenvolver, se elas não são iguais em vários aspectos. Repito, em alguns Estados, 2% da população não sabem ler; em outros Estados, 17% das pessoas não sabem ler.

O que nós devemos, Sr. Presidente, para buscar como solução desses problemas, com certeza, passa pela aplicação de mais recursos, sem dúvida nenhuma. Mas não apenas isso, não podemos nos restringir a isso, é preciso engajar as famílias; é preciso engajar as escolas, as empresas, os Governos municipais, estaduais e Federal; é preciso estimular a leitura em todas as faixas etárias; é preciso comprometimento do País com o projeto, que entenda a educação do seu povo como algo fundamental, algo extremamente básico, a partir do qual conseguiremos alcançar todos os benefícios com os quais sonhamos como quando nos compararmos às nações mais modernas e desenvolvidas.

Aqui é importante ressaltar a importância que se dá à educação, que ela é medida pelo investimento que se faz desde os primeiros passos do ensino – estou falando aqui das creches e das pré-escolas. Nesse sentido, o Brasil está patinando, temos um longo dever, dentro desta Casa, a fazer.

Estima-se, Srs. Senadores, que há hoje um déficit de mais de 2 milhões de vagas para crianças com idade para frequentar uma creche.

O programa ProInfância, que foi criado em 2007, tinha essa sensibilidade e se prestou à missão de criar as vagas necessárias para atender a todas as crianças, mas, infelizmente, 12 anos



depois, a constatação é que apenas um terço das vagas foram criadas. Pelo caminho ficaram milhares de obras de creches inacabadas por todo o País.

Particularmente, eu fiz um pente fino no meu Estado de Alagoas, visitei – eu ou minha equipe – pessoalmente, 97 creches, em mais de 60 Municípios diferentes e a situação era sempre a mesma: essas creches estão inacabadas, precisando de um olhar de um gestor, de um olhar social.

É impressionante o que nós estamos falando aqui, não apenas das crianças, que estão ali perdendo a sua oportunidade de ter – entre zero e seis anos – o seu desenvolvimento cognitivo aguçado, para que possam, em situação normal, competir com outra criança. Por quê? Quem não tem o desenvolvimento necessário nessa fase da primeira infância, dificilmente, consegue acompanhar o desenvolvimento de uma outra criança.

Então, pessoalmente, fui à maioria dessas creches, minha equipe foi a outras creches e, dessa forma, nós buscamos realizar o nosso trabalho, a principal atividade de um Parlamentar, seja ele um Vereador, um Deputado ou Senador, que é o nosso trabalho de fiscalizador: acompanhar os recursos públicos, acompanhar os serviços públicos. Como Presidente também, o que muito me honra, da Comissão de Fiscalização, Transparência, Governança, realizamos aqui um ciclo de palestras justamente com esse objetivo, de traçar uma radiografia do cenário atual.

Cada um tem um papel importante nesse processo, é algo que está começando e que está comprovado nesses dados, em que 17%, no Estado de Alagoas, das pessoas acima de 15 anos sabem ler. Ainda existe uma diversidade enorme em relação ao que acontece no Sul do País e no Norte e Nordeste.

Então, se não nos unirmos e entendermos que é necessário diminuir essa desigualdade social, dificilmente iremos evoluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Um aparte, Senador?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com o maior prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Desculpando-me pela rouquidão inerente ao clima seco na Capital da República, mas o assunto que V. Exa. traz realmente é um assunto preocupante.

Nós estamos numa época onde a disseminação do conhecimento, do saber, é algo – vamos dizer assim – tão natural quanto o ar que a gente respira. Não podemos aceitar que no nosso País possa vir a ter, como V. Exa. acabou de relatar, Estados com o índice tão alto de analfabetismo, influindo e impactando diretamente no desenvolvimento socioeconômico da própria pessoa que sofre desse mal.

São políticas públicas que não são bem colocadas para dar oportunidade a essas pessoas de pelo menos saber ler e escrever. Eu digo que me somo a V. Exa. nessa questão de procurar auxiliá-lo no sentido de levar as boas políticas no lado da educação para nós corrigirmos esse vergonhoso índice de quase 20% de pessoas analfabetas dentro do Estado de Alagoas.

Afora isso, essa questão que V. Exa. acabou de colocar, sobre as obras inacabadas no nosso País, merece uma atenção muito especial. Eu vou dar um testemunho para V. Exa. Eu era prefeito da capital ao final de 2012, quando encerrou o meu segundo mandato. E o que aconteceu naquela época? O Governo Federal, na pessoa da ex-Presidente Dilma, lançou o tal do PAC Social. O que era isso? Disponibilizou para as prefeituras que tivessem projetos as unidades básicas de saúde da família e os CEINFs (Centros de Educação Infantil), para que a gente fizesse os projetos e os construísse em determinadas regiões, que esses projetos acabavam por apontar.



Ocorre que os recursos disponibilizados para cada unidade dessa, em qualquer tomada de preço que se fazia pelo mercado, seja lá no meu Estado, Mato Grosso do Sul, seja em qualquer lugar do País, era inferior ao real custo da construção. E aí, o que tinha que fazer? O Município tinha que entrar não só com a contrapartida, que é inerente de um recurso que vem da União, como da complementação aquilo que ficava furado na planilha.

Qual era a vantagem de se insistir nesse programa? Primeiro, inaugurava ali uma verba para o custeio das unidades, coisa que nunca houve. Então, você pegava um recurso aqui para construir uma creche e as crianças que você atendia lá, cerca de duzentas, quem tinha que custear era a Prefeitura. Nesse programa, havia um custeio *per capita* por criança que era atendida. Ou seja, a longo prazo – não a muito longo prazo; para ser justo, a médio prazo – você recuperava o que você tinha que por para a construção das unidades; assim, no Programa Saúde da Família, a cada comunidade atendida, você também tinha o custeio por parte do Ministério. Mas o que acabou acontecendo? Em 2012, se V. Exa. puxar pela memória, foi o ano de sucessão municipal e muitos desses prefeitos que pegaram esses recursos saíram ou porque não se reelegeram ou porque não tinha mais como se reelegerem, como era o meu caso, já tinha dois mandatos seguidos; e os prefeitos que entraram no lugar desses que saíram, praticamente, ou quase todos, não deram nem importância para essa questão. Na minha cidade mesmo foi um desastre: houve um prefeito que entrou lá, populista, que não deu sequência a nenhuma – nenhuma! – obra que nós iniciamos para que ele pudesse terminar. Eu fui ao Ministério Público Federal, eu fui ao Ministério Público Estadual, e os órgãos de Tribunal de Contas, e os órgãos de controle, acharam aquilo normal. Não cabe no nosso tempo mais, mesmo que você não seja do mesmo lado daquele que entrou, não terminar a obra que o outro começou. Pelo amor de Deus! Isso é uma irracionalidade! Isso é uma banana que se dá para o dinheiro público com o qual já começou a se construir.

Tentei por tudo que é lado, não tive sucesso, e eu falei: na primeira oportunidade que eu tiver no Senado, eu vou tocar nesse ponto – porque é um ponto que me incomodou. Eu deixei uma obra lá praticamente pronta, eram três etapas: etapa A, etapa B e etapa C. Era para ser uma rodoviária, que não terminou, mas tinha uma estrutura de concreto muito rica, e nós aproveitamos aquilo para fazer um centro de belas-arts para a cidade, para a cultura da cidade. A etapa A... Inclusive na transição eu andei com esse Prefeito que foi eleito e acabou sendo cassado; hoje está alijado da vida pública, porque ficou oito anos inelegível, essas coisas que acontecem com quem não faz as coisas certas. Ele viu a estrutura pronta, com fiação, com luminária, com ar-condicionado, com estrutura de louça em todos os banheiros. Se V. Exa. for lá ver hoje, dá vontade de chorar, porque arrancaram tudo. Entraram meliantes lá dentro, cortaram os canos na parede para roubar os canos, roubaram todos os ares-condicionados, roubaram todas as coisas ali dentro. E os órgãos de controle, o que fizeram? Absolutamente nada. Decerto lá ficaram gritando: "Uhu, 'não sei quem' é nosso!"

É o desabafo que eu queria fazer a V. Exa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Nelsinho Trad, é muito importante ouvir a fala de V. Exa., primeiro, porque falou aqui com o coração. Deu para sentir no seu semblante que não aceita o que está acontecendo, o que aconteceu na sua cidade. É esse ponto, essa indignação que também deve ser passada para a sociedade.

Eu vejo que hoje o Brasil já entendeu que um problema seríssimo que nós temos. Inclusive as pesquisas demonstram isso. Quando se pergunta ao brasileiro qual é o principal problema do País – e sempre veio a saúde –...



(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – ... em primeiro lugar vem a corrupção. Então, o povo brasileiro já entende que a corrupção é o principal problema a ser enfrentado.

Mas eu digo a V. Exa., Sr. Presidente, que tão danosa quanto é a corrupção é a má utilização dos recursos públicos, é, como no meu Estado – eu repito aqui –, onde quase 20% da população acima de 15 anos não sabe ler, você gastar R\$600 milhões em obras que estão inacabadas – isso, o comprovado, fora o que não se consegue comprovar – de recursos federais. Nós estamos falando de recursos federais.

Então, a partir do momento em que a população capta esse sentimento que está aí hoje de combate à corrupção, acompanhar, a fazer um verdadeiro controle social dos gastos dos recursos públicos, a exigir qualidade em hospital, a qualidade em uma escola, a gente começa a mudar.

Então, é essa a nossa função, de trabalhar também em uma espécie de educação política para que as pessoas exerçam o seu papel e que saibam que a política não acaba na hora do voto; ela começa ali. Então, tem que se ter, sim, esse monitoramento dos gastos públicos para que não se tenha uma mudança de gestor e, com aquilo, aquela política pública pare, e quem paga quem paga somos nós, o contribuinte.

Então, essa visão de as pessoas começarem a sentir no bolso, saber que vão ter que pagar mais imposto, saber que vai ter de haver uma nova licitação, que vai ter que comprar novos lustres porque arrancaram; os aparelhos de ar-condicionado que já não servem mais... Então, todos esses aspectos para que nós possamos passar uma sensação de pertencimento à população vai ser algo não de um dia para o outro, mas é algo que já está iniciando.

Nós temos várias formas de exercer esse controle, que não apenas através dos órgãos públicos, dos órgãos de controle, mas também através do controle social, e eu acredito muito nessa ferramenta, na certeza absoluta de que quem vai mudar este País não são apenas os políticos, são as pessoas.

A partir do momento que houver esse amadurecimento de acompanhar de perto aquilo que começou a terminar, com certeza a gente avança, e várias iniciativas estão acontecendo. Se nós aqui falamos da creche, poderíamos falar – e V. Exa. já introduziu – das unidades básicas de saúde que, pelo País, também são outra loucura de obras inacabadas.

Mas, Sr. Presidente, para finalizar, o que nós precisamos entender é que não é apenas a falta de recursos. V. Exa. bem afirmou aqui: é gestão, é falta de gestão, de compromisso, de comprometimento. É saber que o que importa não é quem deu início, o que importa é quem vai ser beneficiado. E quem vai ser beneficiado é aquela pessoa que mais precisa, são os vulneráveis, os hipervulneráveis. E com certeza esse é o olhar que um político deve ter.

Então, dessa forma, precisamos compreender, como Estado, que políticas públicas dessa monta somente produzirão resultados eficientes caso haja perenidade e verdadeiro comprometimento na aplicação das diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Precisamos superar a concepção de políticas públicas serem executadas ao gosto do governo vigente, esquecendo da necessidade de utilizarmos das ferramentas de gestão com a cobrança de metas e definições claras de seus objetivos e resultados.

Precisamos compreender que políticas públicas devem ultrapassar o prazo de um mandato. Não há como solucionar o problema da dimensão da educação em nosso País em apenas quatro



anos. Então, é algo que ser extremamente planejado a longo prazo e que se tenha uma continuidade daquilo que vem dando certo.

Então este é o compromisso que o gestor responsável deve ter, cada vez mais, com a sua sociedade.

Dessa forma, Sr. Presidente, sabendo que é nossa missão trazer sempre esses temas para que a gente possa internalizar, e aqui já contei com o apoio importantíssimo, forte, de V. Exa. que, com certeza, será chamado para as próximas audiências públicas, para os ciclos de debates, que já realizamos há mais de três meses na Comissão de Fiscalização e de Governança, que acompanha as obras inacabadas. Pela experiência, com certeza, V. Exa. tem muito a colaborar para que a gente possa fazer o que foi o objetivo de eu me levantar e usar esta tribuna: lutar para diminuir a desigualdade social neste País. Lutar porque, se em uma região do País, 2,4% da população não sabe ler e em outra 17,2% da população não sabe ler, há alguma coisa errada e o empenho tem que ser diferente, porque nós devemos, sim, tratar os desiguais de maneira desigual.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e me coloco também à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos então o Senador Rodrigo Cunha.

Nada mais havendo a tratar, não tendo mais nenhum Senador inscrito, declaro encerrada esta sessão não deliberativa do dia 8 de julho de 2019, às 14 horas, mas antes quero registrar aqui o nosso profundo pesar pelo passamento do pai da bossa nova, nosso querido João Gilberto.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 17 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 115^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Recebido o Ofício nº 166, de 2019, da CCJ, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 769/2015, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte ofício:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº ~~166~~/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 3 de julho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **pela aprovação**, com as **Emendas nºs 2-CTFC-CAS-CCJ, 4-CAS-CCJ, 6-CAS-CCJ, nº 5-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ (Substitutiva), e nº 7-CCJ**, do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.”, de autoria do Senador José Serra, e pela rejeição das **Emendas nº 1-CTFC-CAS e nº 3-CAS**.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Recebido o Ofício nº 163, de 2019, da CCJ, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 312/2016, em turno suplementar.

Concluída a instrução do Projeto, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte ofício:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 163/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 3 de julho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: aprovação em turno suplementar.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, aprovou o **Substitutivo e a Emenda nº 4-S-CCJ**, ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, que “Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.”, de autoria do Senador José Aníbal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senadora **SIMONE TEBET**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Aviso do Tribunal de Contas da União



A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 305-TCU-Plenário, de 2019, do Tribunal de Contas Da União, que encaminha, cópia do Acórdão nº 1382/2019, proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 034.554/2018-1, que trata de Auditoria financeira realizada para avaliar contas significativas das demonstrações contábeis do antigo Ministério da Fazenda relativas ao exercício de 2018.

O documento será encaminhado para conhecimento e manifestação da CTFC, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, e será disponibilizado no Portal do Senado Federal, na página da referida Comissão.



Comunicação



A publicação
em 09/07/19
Wagner

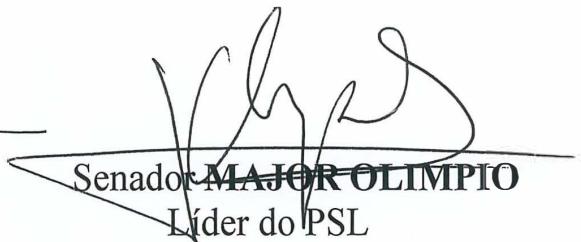
Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que os líderes relacionados a seguir indicam o Senador **RODRIGO CUNHA** para exercer o cargo de Líder do Bloco PSDB/PSL, até o dia 31/01/2020.

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2019.



Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB



Senador **MAJOR OLIMPIO**
Líder do PSL

EXMO. SR.
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



Discurso e documento encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Famurs - Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul realizou entre os dias 3 e 5 de julho, na cidade de Bento Gonçalves, a 39ª edição do Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul.

Eu estive representado no evento pelo meu assessor parlamentar Santos Fagundes.

Com o tema "Unidos para superar desafios", o congresso marca o término da gestão Antônio Cettolin e encerrou com a posse da diretoria para a gestão 2019/2020.

A edição deste ano abordou, entre as principais pautas, a reforma da previdência e os desafios da gestão de crise nos municípios.

Na quarta-feira, dia 3, foram realizados painéis sobre desafios da administração pública, políticas públicas para humanização do parto e a pauta municipalista nacional, além da apresentação da Cartilha de Proteção à Pessoa Idosa.

Neste dia, também foi abordada a reforma da previdência, através de um painel com o tema "Como enfrentar situação de crise econômica nos municípios" que contou com especialistas do setor.

Posse da nova diretoria

Na sexta-feira, dia 5, o Congresso foi marcado pela posse de Eduardo Freire, prefeito da cidade de Palmeira das Missões, que é o novo presidente da Famurs para a gestão 2019/2020.

A nova diretoria é composta pelos vices presidentes:

- Cleiton Bonadiman, prefeito de Seberi;
- Emanuel Hassen de Jesus, o "Maneco" prefeito de Taquari;
- Fábia de Almeida Richter, prefeita de Cristal;
- Guilherme Rech Pasin, prefeito de Bento Gonçalves;
- Marcelo Arruda, prefeito de Barra do Rio Azul;
- Ronaldo Boniatti, prefeito de Nova Pádua;
- Vilmor Carbonera, prefeito de Vila Flores.

Simultaneamente à realização do 39º Congresso de Municípios do RS, aconteceu o 26º Fórum dos Dirigentes Municipais de Cultura do Rio Grande do Sul e o 1º Fórum dos Dirigentes Municipais de Turismo do Rio Grande do Sul.

Desejo muito sucesso a nova diretoria desta importante entidade e contem com este senador como parceiro das causas municipalistas, pois é nos municípios onde as coisas acontecem, é onde os cidadãos primeiramente recorrem para resolverem as suas questões diárias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a palavra de ordem é Solidariedade!

Esta é palavra que define uma atitude que marcou os últimos dias no meu Rio Grande do Sul.

Uma grande frente fria fez cair às temperaturas a abaixo de zero. E isso, aliado a forte crise econômica que passa nosso país, fez com que as pessoas e as instituições de todas as partes do RS se unirem em prol dos mais necessitados.

E gritante, e muito visível, o aumento dos moradores de rua em todo o Brasil.



Muitos deles perambulam pela capital do RS e outras cidades do interior empurrando um carrinho de supermercado, que infelizmente, não está cheio de compras, e sim levam todos os poucos pertences pessoais.

O carrinho de supermercado virou casa, veículo, e guarda roupa destas pessoas. Junto aos moradores de rua que vagam sem rumo, muitas vezes está seu cão de estimação que é o seu amigo, o seu companheiro que não abandonam e que muitas vezes vejo que até mesmo dividem o pouco alimento que tem. Cena triste que se repete constantemente.

Iniciativas

Registrei no meu Twiiter a bela iniciativa do Sport Clube Internacional que abriu o ginásio Gigantinho para receber os moradores de ruas da Capital.

Na noite de sexta-feira, dia 5, receberam comida, banho, roupas e pelo menos tiveram uma noite de sono mais tranqüila.

A atitude do Internacional foi inspirada no River Plate da Argentina e despertou outras iniciativas semelhantes que quero registrar aqui dessa tribuna.

O Grêmio Futt-Ball Porto Alegrense logo se associou ao seu time rival e enviou doações. Belo momento onde as rivalidades devem sempre ficar no âmbito das quatro linhas do campo.

São Paulo de Rio Grande

Outro time de futebol, este da região sul do RS, o São Paulo da cidade de Rio Grande disponibilizou os alojamentos dos jogadores no estádio para abrigar moradores de rua.

Litoral

A prefeitura de Tramandaí também abriu o Ginásio Tenente Marino Dias de Oliveira que a população local chama de (Gigantinho) e abrigou os moradores de rua daquela cidade e da vizinha Imbé, ambas as cidades do litoral gaúcho.

O Ginásio do Balonismo na bela cidade de Torres também abriu suas portas para acolher aos necessitados desta bela praia gaúcha.

Sei que além destas, centenas de outras cidades, associações, entidades e pessoas do meu Rio Grande e de outros estados brasileiros fizeram a sua parte.

Isso não resolve em definitivo a situação destas pessoas em situação de rua. É claro que não! Mas, muitas vezes, é o que a sociedade civil pode fazer.

A todos os meus parabéns e tenham nesse senador um apoiador nessas ações de "fazer o bem, sem olhar a quem".

Era o que tinha a dizer.

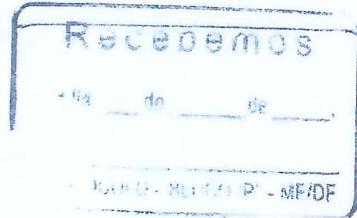


Documento encaminhado à publicação pelo
Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 210 do
Regimento Interno



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

Ofício nº 015/19 - SEN

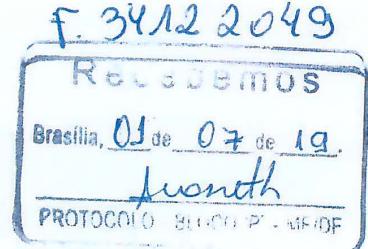


Brasília, 26 de junho de 2019.

12600.115938/2019-61
Seii ME-Bloco P
01/07/2019

Assunto: Informações sobre auditoria nas metodologias utilizadas pelos bancos para calcularem seus custos com o crédito para definirem seus respectivos spreads e, consequentemente, suas taxas de juros.

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro de Estado da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P - 5º andar
Brasília - DF



Excelentíssimo Senhor Ministro,

Recentemente a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC divulgou pesquisa informando que o percentual de famílias endividadas alcançou 62,7% em abril. Apurou também que o cartão de crédito foi apontado por 77,6% dos entrevistados como a principal fonte de dívida. Na sequência, apareceram os carnês (15,3%), e financiamento de carro (10%).

Com os juros estratosféricos cobrados pelos bancos instalados no Brasil, muito dificilmente uma pessoa com essa modalidade de dívida conseguirá saneá-la no curto prazo. O endividamento certamente se prolongará.

Essa liberdade absoluta para os bancos cobrarem juros estratosféricos em todas as modalidades de crédito faz parte da paisagem financeira do Brasil nos últimos 25 anos, sem que ações concretas e eficientes por parte dos governos que se sucedem sejam adotadas para melhorar o ambiente de crédito para os brasileiros. Não se tem notícia de uma auditoria consistente realizada na contabilidade dos bancos para aferir a razoabilidade das taxas de

G



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

juros cobradas, que se não constituírem estão entre as maiores taxas de juros cobradas no mundo.

As empresas do setor financeiro no Brasil, inclusive as instituições fiscalizadoras do Sistema Financeiro, resistem inexplicavelmente à instituição da prática de auditoria externa. Quem pede a realização de auditoria dos mecanismos de gestão da dívida pública logo é taxado de radical. O mesmo ocorre com relação à verificação dos cálculos que fundamentam a taxa de spread informado pelos bancos.

Importante ressaltar que a auditoria constitui uma ferramenta que permite o exame ou verificação objetiva das atividades e operações de uma organização. O objetivo desse exame é analisar a conformidade dessas atividades e operações em relação a determinadas regras e normas, aos objetivos definidos para o setor ou instituição, e aos princípios contábeis aceitos. Uma auditoria permite identificar qualquer tipo de desvio que possa vir a requerer uma ação corretiva.

Uma auditoria realizada pelo Banco Central, no exercício de sua função e obrigação fiscalizadora ou por empresa de contabilidade contratada, constituiria uma auditoria externa independente, cujo objetivo seria emitir um parecer sobre a regularidade, legalidade e razoabilidade das operações financeiras da organização objeto da auditoria.

A prática da auditoria ajuda a instituição reguladora e fiscalizadora lidar com a complexidade das atividades reguladas que devem ser fiscalizadas, especialmente no mercado de créditos, e fortalece a transparência e a confiança nas empresas e nos órgãos fiscalizadores.

O Banco de Portugal, há décadas mantém parcerias com as maiores empresas de contabilidade do mundo que realizam auditorias nas instituições financeiras, inclusive nas atividades do próprio Banco de Portugal. Recentemente o Banco de Portugal trocou a PricewaterhouseCoopers - PwC, auditora parceira do Banco de Portugal desde 1998, pela empresa Deloitte Consultores, S.A., que superou propostas da auditora Ernst & Young - EY. Em Portugal, e em vários outros países do mundo, as instituições financeiras e a imprensa não classificam a prática da auditoria como perigosa. Ao contrário, é relatada como uma atividade natural, necessária e desejada.



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

Com base nos argumentos acima, solicito informações relacionadas à atividade de fiscalização atribuída ao Banco Central do Brasil, contemplando os seguintes questionamentos:

I) Recentemente o Banco Central publicou um estudo sobre concentração, concorrência e custo do crédito. O estudo cita 4 publicações no campo reservado às referências bibliográficas, mas em nenhum momento menciona a realização de uma auditoria nas metodologias utilizadas pelos bancos para calcularem seus custos com o crédito para definirem seus respectivos spreads. O Banco Central do Brasil já auditou essas metodologias em algum momento? Quando? Quais os bancos foram auditados? Quais foram os resultados?

II) Ao final do estudo sobre concentração, concorrência e custo do crédito, o Banco Central afirmou o que segue: "Assim, o BCB pretende continuar os estudos nessa área, procurando estratégias de identificação cada vez melhores e mais robustas, de modo a melhor entender os papéis da concorrência e da concentração no spread bancário brasileiro". O Banco Central ainda não possui essas ferramentas? O cálculo do spread apresentado pelos bancos para justificarem a taxa de juros que cobram em diversas operações de crédito não são aferidas pelo Banco Central? Os bancos gozam de um liberalismo financeiro pleno para determinarem suas taxas de juros?

III) Na página do Banco Central <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros> encontramos relatórios sobre taxa de juros praticadas por diversas instituições financeiras. No caso do cartão de crédito rotativo, as taxas vão de 51,04% ao ano até 715,63% ao ano. Para o cheque especial as taxas de juros vão de 7,78% ao ano até 520,05% ao ano. Para o cartão de crédito parcelado os juros vão de 43,05% ao ano até 632,90% ao ano. No estudo sobre concentração, concorrência e custo do crédito, o Banco Central não aborda objetivamente essa assimetria entre as taxas praticadas pelas instituições financeiras. O Banco Central continuará referendando a cobrança dessas taxas?

IV) Desde o final de 2009 que o Banco de Portugal define quais as taxas de juros máximas ao ano que os bancos podem cobrar nos empréstimos aos consumidores. Qualquer percentual que supere as taxas máximas determinadas pelo Banco de Portugal é considerado como prática de usura por parte da instituição que o fizer. Atualmente a taxa máxima de juros estabelecida pelo Banco de Portugal para cartão de crédito ou cheque especial é de 16,1% ao ano <https://www.bportugal.pt/comunicado/taxas-maximas-aplicaveis-aos-contratos-de-credito-aos-consumidores-no-2o-trimestre-de-1>. Sistema



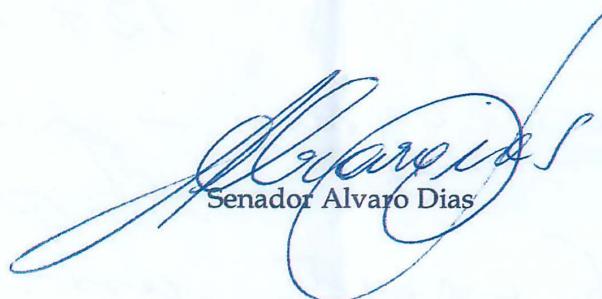
SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

semelhante é adotado, também, pela Espanha. O Banco Central do Brasil não consegue estabelecer sistema de controle semelhante ao realizado pelo Banco de Portugal? É impossível para o Banco Central instituir um mecanismo semelhante para os juros no Brasil? Porque isso é impossível no Brasil? Falta legislação?

V) O Governo atual tem alguma restrição à prática de auditoria externa no sistema financeiro, seja ela na dívida pública ou nas metodologias de cálculo dos spreads dos bancos privados para fins de cobrança de juros em várias modalidades de crédito?

São questionamentos, senhor Ministro, cujas respostas considero importantes para o esclarecimento de diversas dúvidas da população sobre a função de uma instituição pública, especialmente aquela que exerce o papel fiscalizador do Sistema Financeiro Nacional, que é o caso do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,



Senador Alvaro Dias



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3916, DE 2019

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982, para prever a aplicação de recursos do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – FISTEL na aquisição e manutenção de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação dedicados ao combate ao crime de pedofilia.

AUTORIA: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL
GABINETE SENADOR CONFÚCIO MOURA**

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982, para prever a aplicação de recursos do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – FISTEL na aquisição e manutenção de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação dedicados ao combate ao crime de pedofilia.

SF/19936-56144-72
|||||

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para prever que parte dos recursos do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – FISTEL seja aplicada na aquisição e manutenção de produtos e serviços de tecnologia da informação e

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 5 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2470 - e-mail: confuciomoura@senado.leg.br



comunicação dedicados ao combate ao crime de pedofilia, bem como na capacitação de agentes públicos voltada à sua utilização.

Art. 2º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

Parágrafo único. Também compõe as receitas do Fundo Nacional de Segurança Pública cinco por cento da arrecadação anual do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – FISTEL, criado pela Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.”(NR)

“Art. 5º

.....

§ 4º Os recursos previstos no parágrafo único do art. 3º desta Lei serão aplicados na aquisição e manutenção de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação dedicados ao combate ao crime de pedofilia, bem como na capacitação de agentes públicos voltada à utilização desses produtos e serviços, nos termos de regulamento.”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fistel, criado pela Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, tem como objetivo precípua cobrir as despesas realizadas pelo governo federal na fiscalização dos serviços de telecomunicações e na manutenção do funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Além dessas e outras destinações, o referido instrumento legal previu que os recursos arrecadados pelo Fundo poderiam ser transferidos para o Tesouro Nacional.

A efetiva possibilidade dessa transferência foi confirmada com a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do Acórdão nº 953/2018-TCU-Plenário, de 2 de maio de 2018, o qual determinou que o



saldo remanescente na conta contábil do Fistel é de livre utilização pelo Tesouro Nacional, desde que garantido o normal funcionamento da Anatel e assegurados os repasses dos recursos ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Entre as fontes de receita do Fundo estão os valores pagos pelas empresas pelo direito de prestação dos serviços de telecomunicações – na aquisição de outorgas e na utilização das faixas de frequência, quando necessárias –, bem como o pagamento de multas, em caso de descumprimento de obrigações.

A principal fonte de recursos do Fistel, no entanto, encontra-se no recolhimento das taxas de fiscalização de instalação (TFI) e de fiscalização em funcionamento (TFF), que é justamente o montante pago pelas empresas para serem fiscalizadas. Em 2017, dos R\$ 2,3 bilhões recolhidos pelas operadoras de telecomunicações junto ao Fundo, R\$ 1,67 bilhão foram relativos às taxas de fiscalização, ou seja, o equivalente a 72%.

Auditória realizada pelo TCU em 2017 demonstrou que, dos cerca de R\$ 85 bilhões arrecadados pelo Fistel entre 1997 e 2016, apenas R\$ 3,7 bilhões, ou aproximadamente 4% do total dos recursos, foram aplicados em sua destinação originária, qual seja a execução, pela Anatel, das atividades de fiscalização dos serviços de telecomunicações.

Nesse sentido, com foco na otimização do uso dos recursos arrecadados, estamos propondo que cinco por cento da receita anual recolhida junto ao Fistel seja repassada ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e aplicada em produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação dedicados ao combate ao crime de pedofilia.

Lembramos que outra iniciativa prevendo a aplicação de recursos do Fistel para fins de segurança pública já foi aprovada por esta Casa: o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2006, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo na instalação, custeio, manutenção e adequação tecnológica de bloqueadores de sinais de radiocomunicações em estabelecimentos penitenciários.

Então, visando a incrementar os mecanismos tecnológicos de combate ao crime de pedofilia operados pelas autoridades constituídas,



estamos propondo a iniciativa em tela, que poderá injetar cerca de R\$ 120 milhões anuais no FNSP para esse fim.

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CONFÚCIO MOURA

SF/19936-56144-72

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 5 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2470 - e-mail: confuciomoura@senado.leg.br



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 204, de 27 de Fevereiro de 1967 - DEL-204-1967-02-27 - 204/67
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967;204>
- Decreto-Lei nº 594, de 27 de Maio de 1969 - DEL-594-1969-05-27 - 594/69
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;594>
- Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de Junho de 1975 - DEL-1405-1975-06-20 - 1405/75
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1975;1405>
- Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de Janeiro de 1982 - DEL-1923-1982-01-20 - 1923/82
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1982;1923>
- Lei Complementar nº 79, de 7 de Janeiro de 1994 - Lei do Fundo Penitenciário Nacional; Lei do FUNPEN - 79/94
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1994;79>
- Lei nº 5.070, de 7 de Julho de 1966 - Lei do FISTEL - 5070/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5070>
- Lei nº 6.168, de 9 de Dezembro de 1974 - LEI-6168-1974-12-09 - 6168/74
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6168>
- Lei nº 6.717, de 12 de Novembro de 1979 - LEI-6717-1979-11-12 - 6717/79
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1979;6717>
- Lei nº 6.905, de 11 de Maio de 1981 - LEI-6905-1981-05-11 - 6905/81
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6905>
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custo da Previdência Social - 8212/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
- Lei nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991 - Lei Rouanet; Lei Federal de Incentivo à Cultura - 8313/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8313>
- Lei nº 9.092, de 12 de Setembro de 1995 - LEI-9092-1995-09-12 - 9092/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9092>
- Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - Lei Pelé; Lei do Passe Livre - 9615/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9615>
- Lei nº 9.649, de 27 de Maio de 1998 - Lei da Organização da Presidência da República e Ministérios (1998) - 9649/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9649>
- Lei nº 9.999, de 30 de Agosto de 2000 - LEI-9999-2000-08-30 - 9999/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9999>
- Lei nº 10.201, de 14 de Fevereiro de 2001 - Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública - 10201/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10201>
- Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001 - Lei do Financiamento Estudantil - 10260/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10260>
- Lei nº 10.746, de 10 de Outubro de 2003 - LEI-10746-2003-10-10 - 10746/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10746>
- Lei nº 10.891, de 9 de Julho de 2004 - Lei da Bolsa-Atleta - 10891/04
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10891>
- Lei nº 11.345, de 14 de Setembro de 2006 - Lei da Timemania - 11345/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11345>
- Lei nº 11.473, de 10 de Maio de 2007 - LEI-11473-2007-05-10 - 11473/07



<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11473>

- Lei nº 13.155, de 4 de Agosto de 2015 - Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE) - 13155/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13155>

- Lei nº 13.675, de 11 de Junho de 2018 - LEI-13675-2018-06-11 - 13675/18

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13675>

- Lei nº 13.756 de 12/12/2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>



O Projeto de Lei nº 3916, de 2019, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 570, DE 2019

Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Gilberto do Prado Pereira de Oliveira.

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

SF/19139.79528-33 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de **João Gilberto do Prado Pereira de Oliveira**, bem como a apresentação de condolências aos familiares e amigos.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido em 10 de junho de 1931, no Município de Juazeiro no Estado da Bahia, o cantor, violonista e compositor João Gilberto é considerado um artista genial. Revolucionou a música brasileira ao criar uma nova batida de violão com influências do jazz para tocar samba: a "bossa nova". O jeito suave de cantar também foi visto como inovador.

Em 1961, concluiu a trilogia de álbuns fundamentais que apresentaram a bossa nova ao mundo: "Chega de saudade" (1959), "O amor, o sorriso e a flor" (1960) e "João Gilberto" de 1961.

Desde o lançamento do compacto que continha *Chega de Saudade* e *Bim Bom*, munido apenas da voz e do violão, começou uma revolução na música mundial. Dono de uma sonoridade original e moderna, João Gilberto levou a música



popular brasileira ao mundo, principalmente para os Estados Unidos, Europa e Japão. Tido como um dos músicos mais influentes no jazz americano do século XX, ganhou prêmios importantes nos Estados Unidos e na Europa, como o *Grammy*, em meio à *beatlemania*.

Depois da consagração, lançou criações próprias e seguiu com shows e discos que se tornaram obras de arte, como é o caso de "Amoroso", álbum gravado nos Estados Unidos entre 1976 e 1977 sob o selo Warner Music.

João Gilberto deixa um grande legado para o Brasil e para o mundo. Conhecido como o Pai da bossa nova, influenciou a sua e as próximas gerações.

João Gilberto morreu em casa, neste sábado (6), aos 88 anos, causando comoção no Brasil e no mundo. O corpo do cantor está sendo velado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em cerimônia aberta ao público. O enterro acontece às 16h, em Niterói.

Sala das Sessões, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 571, DE 2019

Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Otílio Albuquerque.

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, VII e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de José Otílio Albuquerque, bem como a apresentação de condolências a sua companheira Elizabete Fabris e seus filhos.

JUSTIFICAÇÃO

José Otílio era diretor do Sindicato Rural de Naviraí e um dos mais conhecidos pecuaristas da cidade. Criava gado zebu.

O pecuarista, no início dos anos 1980, atuou no governo do Estado. Ele trabalhou na primeira gestão de Pedro Pedrossian, na assessoria da Secretaria de Comunicação.

Contribuiu imensamente para o crescimento e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Pela perda irreparável desse ser humano exemplar, requeiro a esse Plenário a apresentação de condolências à Família



Requeiro, nos termos dos arts. 218, VII e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de José Otílio Albuquerque, bem como a apresentação de condolências a sua companheira Elizabete Fabris e seus filhos.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2019.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

SF/19986.22798-60 (LexEdit)
|||||





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 572, DE 2019

Homenagem de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Estadual de Mato Grosso do Sul Paulo Estevão.

DESPACHO: Encaminhe-se.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

SF/19262:34600-00

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar bem como a apresentação de condolências a sua esposa e filhos. E com grande tristeza que venho informar que o Ex-Deputado Estadual Paulo Estevão faleceu na manhã de segunda feira 24 de junho. Era companheiro de Marta do Carmo Taques, Presidente do Conselho de Ética e Disciplina (TED) da OAB/MS,

JUSTIFICAÇÃO

Paulo Estevão tinha 63 anos, dos quais 38 anos dedicados a profissão de advogado.



Atuou como Presidente do Conselho Fiscal da Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMS).

Representa uma perda inestimável foi Deputado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, entre fevereiro de 95 e janeiro de 1999.

Por toda a sua vida praticou a política como forma de contribuir para o desenvolvimento, sempre voltado às ações em defesa dos interesses da sociedade, da advocacia e do progresso do Estado de Mato Grosso do Sul.

SF/19262-34600-00

Sala das Sessões, 27 de junho de 2019.

**Senador Nelsinho
Trad (PSD - MS)**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 573, DE 2019

Realização de sessão especial, em 23 de setembro próximo, destinada a celebrar os 110 anos do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

à publicação
Com 8/7/2019
BWR

REQUERIMENTO N° 573 DE 2019



Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 23/09/2019, a fim de celebrar os 110 anos do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A educação profissional reduz custos de adaptação dos novos trabalhadores, aumenta a motivação para o trabalho e leva à fidelidade do profissional para com a Empresa. " Senador Paulo Paim"

Página: 1/2 08/07/2019 08:48:22

237eeea9bf733e724dad985e6b016e56edcd21a

Sala das Sessões, 8 de julho de 2019.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nome do Senador	Assinatura
Senador Paulo Paim	

Recebido em 08/07/19
Hora: 12:34Página 2 de 3
SGM/SLF

Parte integrante do Avulso do RQS n° 573 de 2019.

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 23/09/2019, a fim de celebrar os 110 anos do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil.

Nome do Senador	Assinatura
Ornaldo Moraes	
Acir	
Telmário	
Foguinho	
Rodrigo Alves	

SF/19774.90841-60 (LexEdit)


Página: 2/2 08/07/2019 08:48:22

237eceaa9bf733e724dad985e6b016e56edcc0d21a



Término de prazo



Encerrou-se em 5 de julho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2019.

Foi apresentada a Emenda nº3 -Plen.

A matéria volta à CCJ para exame da emenda.

É a seguinte Emenda:



PLP 21/2019
00003

EMENDA Nº 3-PLEN

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO SENADO Nº 21, DE 2019

Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.

SF/19455:31061-30

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se o inciso VI do art. 2º, com a seguinte redação:

“VI. exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposição em boa hora apresentada pelo Senador Vespasiano Vital do Rego, e já apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa, vem suprir lacuna de mais de 30 anos: a regulamentação do art. 79 da Carta Magna, dispondo sobre as atribuições do Vice-Presidente da República.

No Presidencialismo brasileiro, o Vice-Presidente é, sobretudo, o responsável por substituir o Presidente da República em suas ausências ou impedimentos, e não é dotado, de *per si*, constitucionalmente, de funções executivas. A Lei Complementar referida permite que sejam a ele atribuídas funções não explicitadas na Carta Magna, mas sem torná-lo uma espécie de “eminência parda” ou co-Presidente.

No Presidencialismo brasileiro, há apenas uma pessoa investida nas prerrogativas plenas de chefia do Executivo, secundado, na forma do art. 76, pelos Ministros de Estado, e nada impede que o Vice-Presidente seja designado para cumular suas atribuições com o cargo de Ministro de Estado, como já ocorreu durante o Governo Lula com o Vice-Presidente José Alencar, e como ocorreu em alguns estados, em que vice-Governadores exerceram cumulativamente cargos de Secretário de Estado.

Assim, não é correto considerar que o art. 79 permita atribuir ao Vice-Presidente, também, o *status* de ministro de Estado, como auxiliar do Presidente para toda



e qualquer tarefa, sob pena de ou *esvaziar* o papel dos Ministros, ou de *duplicar funções* a eles atribuídas pelo organograma ministerial.

O fato de não ser o Vice-Presidente demissível *ad nutum*, e o peso político de sua atuação, não recomenda que haja tais possibilidades de paralelismo, incentivando, quiçá, pretensões espúrias e que possam vulnerar as instituições.

Buscar a correta interpretação do texto constitucional, portanto, é extremamente desafiador, e o PLP 21/2019 tenta fazê-lo de forma a atribuir ao Vice-Presidente funções *auxiliares* relativas à coordenação de Governo e análise de políticas, funções regularmente atribuídas a órgãos da Presidência como a Casa Civil e Secretaria-Geral.

Contudo, o inciso VI do art. 2º parece extrapolar os limites da Lei Complementar, esvaziando o seu próprio significado.

O referido inciso caracteriza, mesmo, *delegação legislativa*, posto que permite que o Presidente da República, sem a participação do Legislativo, atribua *quaisquer outras funções* ao Vice-Presidente, além daquelas já muito amplas fixadas no Projeto.

Note-se que o art. 79 da CF já prevê que o Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais. Essa redação, quanto a “missões especiais”, está reproduzida no art. 2º, II, do projeto, e a natureza dessas “missões” pressupõe a sua transitoriedade, devendo a convocação fixar objeto, prazo e meios para ser exercida.

Já o referido inciso VI tem conteúdo aberto, indeterminado e excessivamente amplo, tornando até mesmo desnecessários os demais incisos. Bastaria o Presidente, com fulcro nesse inciso, definir tais atribuições, e tudo poderia ser feito pelo Vice-Presidente, configurando-se até mesmo uma espécie de “bi-presidencialismo” no Brasil, que a Carta de 1988 não admite.

Assim, a fim de aperfeiçoar a proposição, a presente emenda objetiva a supressão do inciso VI, evitando-se tal impropriedade.

Sala das Sessões,

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA

SF/19455:31061-30



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões* (S)
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13

PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

PSDB - 8

Antonio Anastasia.	MG
Izalci Lucas.	DF
José Serra.	SP
Mara Gabrilli.	SP
Plínio Valério.	AM
Roberto Rocha.	MA
Rodrigo Cunha.	AL
Tasso Jereissati.	CE

PODEMOS - 8

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Lasier Martins.	RS
Oriovisto Guimarães.	PR
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

PSDB - 8

Antonio Anastasia.	MG
Izalci Lucas.	DF
José Serra.	SP
Mara Gabrilli.	SP
Plínio Valério.	AM
Roberto Rocha.	MA
Rodrigo Cunha.	AL
Tasso Jereissati.	CE



PSL - 4

Flávio Bolsonaro.	RJ
Juíza Selma.	MT
Major Olímpio.	SP
Soraya Thronicke.	MS
Flávio Bolsonaro.	RJ
Juíza Selma.	MT
Major Olímpio.	SP
Soraya Thronicke.	MS

PSL - 4

Flávio Bolsonaro.	RJ
Juíza Selma.	MT
Major Olímpio.	SP
Soraya Thronicke.	MS
Flávio Bolsonaro.	RJ
Juíza Selma.	MT
Major Olímpio.	SP
Soraya Thronicke.	MS

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
PSDB.	8
PSDB.	8
PODEMOS.	8
PSL.	4
PSL.	4
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
 Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
 Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
 Angelo Coronel** (PSD-BA)
 Antonio Anastasia* (PSDB-MG)
 Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)
 Carlos Viana** (PSD-MG)
 Chico Rodrigues** (DEM-RR)
 Cid Gomes** (PDT-CE)
 Ciro Nogueira** (PP-PI)
 Confúcio Moura** (MDB-RO)
 Daniella Ribeiro** (PP-PB)
 Dário Berger* (MDB-SC)
 Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
 Eduardo Braga** (MDB-AM)
 Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
 Eduardo Gomes** (MDB-TO)
 Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
 Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)
 Esperidião Amin** (PP-SC)
 Fabiano Contarato** (REDE-ES)
 Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
 Flávio Arns** (REDE-PR)
 Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)
 Humberto Costa** (PT-PE)
 Irajá** (PSD-TO)
 Izalci Lucas** (PSDB-DF)

Jader Barbalho** (MDB-PA)
 Jaques Wagner** (PT-BA)
 Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)
 Jayme Campos** (DEM-MT)
 Jean Paul Prates* (PT-RN)
 Jorge Kajuru** (PSB-GO)
 Jorginho Mello** (PL-SC)
 José Maranhão* (MDB-PB)
 José Serra* (PSDB-SP)
 Juíza Selma** (PSL-MT)
 Kátia Abreu* (PDT-TO)
 Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
 Leila Barros** (PSB-DF)
 Lucas Barreto** (PSD-AP)
 Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
 Luiz do Carmo* (MDB-GO)
 Mailza Gomes* (PP-AC)
 Major Olímpio** (PSL-SP)
 Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
 Marcelo Castro** (MDB-PI)
 Marcio Bittar** (MDB-AC)
 Marcos Rogério** (DEM-RO)
 Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)
 Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
 Mecias de Jesus** (PRB-RR)
 Nelsinho Trad** (PSD-MS)
 Omar Aziz* (PSD-AM)

Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
 Otto Alencar* (PSD-BA)
 Paulo Paim** (PT-RS)
 Paulo Rocha* (PT-PA)
 Plínio Valério** (PSDB-AM)
 Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
 Reguffe* (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros** (MDB-AL)
 Renilde Bulhões* (PROS-AL)
 Roberto Rocha* (PSDB-MA)
 Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
 Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
 Rogério Carvalho** (PT-SE)
 Romário* (PODEMOS-RJ)
 Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
 Sérgio Petecão** (PSD-AC)
 Simone Tebet* (MDB-MS)
 Soraya Thronicke** (PSL-MS)
 Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
 Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
 Telmário Mota* (PROS-RR)
 Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
 Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
 Wellington Fagundes* (PL-MT)
 Weverton** (PDT-MA)
 Zenaide Maia** (PROS-RN)
 Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (1,25,32)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (2)</p> <p>Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 8</p> <p>Líder Eduardo Girão - PODEMOS (24)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,39) Rodrigo Cunha (34)</p> <p>Líder do PSL - 4 Major Olímpio (7)</p> <p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 4</p> <p>Líder Eduardo Girão - PODEMOS (24)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,39) Rodrigo Cunha (34)</p> <p>Líder do PSL - 4 Major Olímpio (7)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (16)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton (3)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (10)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru (4)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (18)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (14,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humerto Costa (13,15)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (33)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (22)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (21)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (5,19) Jorginho Mello (9,20) Zequinha Marinho (23,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (5,19)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (9,20)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (23,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (6)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 8</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (8)</p> <p>Vice-Líderes Oriovisto Guimarães (26) Rose de Freitas (28) Lasier Martins (27)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (1,25,32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (36)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (41) Elmano Férrer (40) Izalci Lucas (35,39) Chico Rodrigues (38)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (18)</p>		



Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
2. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
3. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
6. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).
8. Em 02.02.2019, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
9. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
10. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
16. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
17. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
18. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
21. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
22. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
23. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Orovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
38. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID).
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Mário Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

- Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
- Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
- Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
- Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
- Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
- Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
- Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,11,12)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).
10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).
11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).
12. Em 06.06.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 164/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)

Bloco Parlamentar PSDB/PSL

Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (8)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)

Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)

Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)

PSD

Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Arolde de Oliveira (2)

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (19)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32)
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8,31,33)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).



4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zéquinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-GLPSD).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Rандolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Carlos Viana (2)	1. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. VAGO (14)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.º 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of.º 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (11)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (11)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
VAGO (6,19)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (9)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (9)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (16)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
9. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).	
10. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).	



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (8,14,15)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (16)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (18)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (7)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (12)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Férrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
15. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
16. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
17. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
18. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁸⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,20)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).
16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
20. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (11)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (11)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,19)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (10)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,15,20)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (20)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
20. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(8,9,10)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
9. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
10. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(7,16)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,18)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,18)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ^(6,13)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽⁹⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,11)	2. (19)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
9. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
10. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
18. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
19. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 02/07/2019

Prazo final: 22/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (1)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (1)	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(*Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013*)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(*Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018*)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

